

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS NILÓPOLIS**

Fabíola da Silva Prado Delgado

**Ensino de Ciências em uma escola na prisão:
o fanzine como recurso didático**

Nilópolis
2024

Fabíola da Silva Prado Delgado

Ensino de Ciências em uma escola na prisão :
o fanzine como recurso didático

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus Nilópolis, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências

Orientador (a): Prof^a Dra Eline Deccache-Maia

Nilópolis

2024

CIP - Catalogação na Publicação

D352e Delgado, Fabíola da Silva Prado
Ensino de Ciências em uma escola na prisão : o fanzine como
recurso didático / Fabíola da Silva Prado Delgado - Nilópolis, 2024.
114 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Eline Deccache-Maia.
Dissertação - (mestrado), Mestrado Profissional em Ensino de
Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio de Janeiro, Campus Nilópolis, 2024.

1. Fanzines. 2. Ciências - Estudo e ensino. 3. Educação de jovens
e adultos. 4. Prisioneiros - Educação. I. Deccache-Maia, Eline,
orient. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio de Janeiro. III. Título

Elaborado pelo Módulo Ficha Catalográfica do Sistema Intranet do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
- Campus Volta Redonda e Modificado pelo Campus Nilópolis/LAC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária: Josiane B. Pacheco CRB-7/4615

Fabíola da Silva Prado Delgado

Ensino de Ciências em uma escola na prisão:
o fanzine como recurso didático

Dissertação apresentada ao Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências.

Aprovada em: 02/ 09 /2024 .

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br ELINE DECCACHE MAIA
Data: 31/10/2024 12:58:07-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Eline Deccache-Maia (Orientadora)
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Documento assinado digitalmente
gov.br DENISE LEAL DE CASTRO
Data: 30/10/2024 22:08:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Denise Leal de Castro - Membro Interno
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)



Prof. Dr. Elionaldo Fernandes Julião– Membro Externo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Nilópolis

2024

|

Dedico a todo professor que ainda acredita que o conhecimento é capaz de mudar uma vida e que tem coragem de quebrar paradigmas a fim de construir uma escola verdadeiramente acolhedora.

Agradecimentos

Ao finalizar uma pesquisa, é comum sentir uma sensação de dever cumprido. No entanto, também é natural sentir o desejo de manter, nutrir e compartilhar com os outros o que foi aprendido. Isso inclui tanto os resultados positivos da pesquisa quanto as limitações que foram identificadas.

Agradeço primeiro a Deus, por sempre estar presente em minha vida, não apenas nos momentos felizes, mas, principalmente, nos mais difíceis.

Ao meu esposo Mendel, pelo amor, companheirismos e incentivo e por compartilhar todas as alegrias e dificuldades durante esse processo.

Aos meus filhos Bernardo e Luiz Paulo por todo amor e suportarem todas as minhas chatices durante a realização desta pesquisa pois sem vocês tudo seria muito mais difícil.

À minha querida orientadora Eline Deccache-Maia, agradeço o apoio e por me fazer acreditar que tudo é possível, sempre me falando: “você tem muito mais a dizer...” Pela sua paciência, sorrisos, puxões de orelha me impulsionaram a continuar, e por suas ideias, além de me enlouquecerem, foram fontes de inspiração ao longo dessa jornada.

Aos meus pais Daniel (*in memoria*) e Regina Prado por acreditarem e me apoiarem durante toda minha vida, sempre com muito amor e carinho.

A minha irmã/amiga Grazielle Rodrigues Pereira, por sua amizade e carinho ao longo de uma vida e seu constante incentivo na busca de realizar meus sonhos.

A toda a minha família em especial a meu tio Paulo Sobrinho e ao meu sogro Enésio Delgado que de alguma forma me incentivaram na busca pelo conhecimento.

A todos os professores do PROPEC que fizeram parte diretamente da minha trajetória acadêmica.

Às professoras Denise e Patrícia, por apontarem caminhos durante a qualificação para a realização desta pesquisa.

A todos os funcionários do IFRJ/ Campus Nilópolis, sempre muito prestativos com todos os alunos.

À equipe diretiva e aos professores do Colégio Estadual Carlos da Costa, pela autorização e apoio durante a realização desta pesquisa.

Aos meus colegas da turma de mestrado, pois compartilhamos as angústias e frustrações.

Aos meus colegas professores e os meus queridos ex-alunos que participaram desta pesquisa, pois sem eles este trabalho não se concretizaria.

Ao concluir esta etapa, lembro-me de muitas pessoas a quem ressalto reconhecimento, pois esta conquista concretiza-se com a contribuição de cada uma delas, seja direta ou indiretamente. No decorrer dos dias, colocaram uma pitada de esperança para que neste momento findasse esta etapa tão significativa para mim.

“A chave de todas as ciências é inegavelmente o ponto de
interrogação.”

(Honoré de Balzac)

|

PRADO-DELGADO, Fabíola da Silva. Ensino de Ciências em uma escola na prisão: o fanzine como recurso didático. 114p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Nilópolis, RJ, 2020.

RESUMO

Lecionar em uma escola localizada em uma Unidade Prisional na modalidade Educação de Jovens e Adultos é um desafio diário, pois o modelo de educação aplicado em uma escola na prisão é o mesmo que o aplicado nas escolas extramuros, ainda que seja evidente a diferença de público atendido. Por esse motivo, o objetivo deste trabalho, que tem caráter qualitativo, é verificar como a aplicação de um recurso didático baseado no uso do fanzine, pode incrementar o ensino de ciências em uma escola na prisão, e tornar o Ensino de Ciências mais atrativo. O estudo foi realizado no Colégio Estadual Carlos da Costa, localizado no Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu, no Estado do Rio de Janeiro. Apresentamos propostas do fanzine como um recurso didático para um aprendizado dinâmico, prazeroso e desafiador que sugere aplicação prática dos conhecimentos científicos e, ainda, a oportunidade da experiência de trabalhar e desenvolver expressões artísticas. Desta forma, realizamos uma abordagem diagnóstica com os alunos acerca dos conhecimentos sobre fanzine através de uma roda de conversa a fim de também conhecer seus assuntos de interesse relacionados a Ciências e por último realizamos a oficina de produção do fanzine. Percebemos que falar sobre conteúdos de ciências, utilizando essa estratégia, foi muito estimulante, pois os alunos puderam interagir, expor seus sentimentos, histórias de vida e inseguranças, trazendo para o cotidiano assuntos antes vistos com certo distanciamento.

Palavras-chave: Ensino de Ciências, Fanzine, Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade, Recurso Didático.

PRADO-DELGADO, Fabíola da Silva. Ensino de Ciências em uma escola na prisão: o fanzine como recurso didático. 114p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Nilópolis, RJ, 2020.

ABSTRACT

Teaching in a school located in a Prison Unit in the Youth and Adult Education modality is a daily challenge, because the education model applied in a prison school is the same as that applied in extramural schools, even though the difference in the public served is evident. For this reason, the objective of this work, which has a qualitative character, is to verify how the application of a didactic resource based on the use of the fanzine, can increase the teaching of science in a prison school, and make the Teaching of Science more attractive. The study was carried out at the Carlos da Costa State College, located in the Gericinó Penitentiary Complex, in Bangu, in the State of Rio de Janeiro. We present fanzine proposals as a didactic resource for dynamic, pleasurable and challenging learning that suggests practical application of scientific knowledge and, also, the opportunity for the experience of working and developing artistic expressions. In this way, we carried out a diagnostic approach with the students about the knowledge about fanzine through a conversation circle in order to also know their subjects of interest related to Science and finally we carried out the fanzine production workshop. We realized that talking about science content, using this strategy, was very stimulating, as students were able to interact, expose their feelings, life stories and insecurities, bringing to their daily lives subjects previously seen with a certain distance.

Keywords: Science Teaching, Fanzine, Education of Young People and Adults in situations of deprivation of liberty, Teaching Resource.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Portão de entrada da escola	41
Figura 2	Escada de acesso à escola	41
Figura 3	Pintura feita pelos alunos na escada de acesso à escola	41
Figura 4	Pintura feita pelos alunos na escada de acesso à escola	41
Figura 5	Área comum	41
Figura 6	Área comum	41
Figura 7	Corredor	42
Figura 8	Estante de livros na área comum	42
Figura 9	Sala de aula	42
Figura 10	Sala de aula	42
Figura 11	Banheiro dos professores	42
Figura 12	Cozinha	42
Figura 13	Fanzine O Cobra	44
Figura 14	O fanzine Ficção	45
Figura 15	Capa e contracapa produzida por alunos da turma AF 301	81
Figura 16	Capa e contracapa produzida por alunos da turma AF 104	82
Figura 17	Capítulo sobre Cigarro produzido pela turma AF 301	83
Figura 18	Capítulo sobre Hipertensão produzido pela turma Neja IV	84
Figura 19	Capa Cartilha Fanzine como recurso didático	86
Figura 20	Fanzine em sala de aula	87
Figura 21	Formato de Fanzines	88
Figura 22	Passo a passo da montagem de um fanzine	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –Dissertações e programas de pós-graduações	29
Tabela 2- Relação das Escolas e unidades prisionais	37
Tabela 3– Planejamento de aula	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Anos Finais
COESP	Coordenadoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e socioeducativas
CV	Comando Vermelho
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DIESP	Diretoria Especial de Unidades Prisionais e Socioeducativas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LEP	Lei de Execuções Penais
NEJA	Novo Ensino de Jovens e Adultos
SEAP	Secretária de Estado e Administração Penitenciária
SEEDUC	Secretaria de Estado e Educação
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
SINDISPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA.....	15
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	29
2.2 LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	33
2.3 ESCOLAS PRISIONAIS.....	35
2.4 COLÉGIO ESTADUAL CARLOS DA COSTA.....	39
2.5 A ORIGEM DOS FANZINES.....	43
2.6 O FANZINE EM UMA ESCOLA NA PRISÃO.....	46
3 METODOLOGIA.....	49
3.1 CONSTRUÇÃO COLETIVA.....	48
4 RESULTADOS	56
4.1 POLITICA DA BOA VIZINHANÇA.....	56
4.2 AS CONTRADIÇÕES DA PRISÃO.....	65
4.3 MATERIAL DE BAIXO CUSTO.....	67
4.4 PRODUÇÃO DOS FANZINES.....	75
4.5 A MULTIPLICAÇÃO DOS FANZINES.....	84
5 PRODUTO EDUCACIONAL – Cartilha “Fanzine como recurso didático”.....	86
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXOS – Fanzine “Tenha mais saúde”.....	99

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Atuo desde 2009, como professora de Ciências Biológicas da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) e em 2018 ingressei na Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (DIESP), e fiquei lotada até 2023 no Colégio Estadual Professor Carlos da Costa localizada no Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu no Rio de Janeiro. A escola oferecia atendimento a duas unidades prisionais: Penitenciária de segurança máxima Gabriel Ferreira Castilho, conhecida como Bangu 3; e Penitenciária Bandeira Stampa, Bangu 9, classificada como de segurança nível médio. Ambas unidades prisionais são de regime fechado.

Não tinha nenhum conhecimento prévio sobre o que enfrentaria em meu cotidiano e, ainda que tivesse, a realidade encontrada não se aproximaria nem de perto com o que eu poderia esperar. Ao entrar pela primeira vez no Colégio Estadual Professor Carlos da Costa, unidade Bangu 3, pude sentir um completo desconforto e um clima de constante tensão ao percorrer o trajeto que me levaria até a escola. O prédio é dividido por sete galerias unificadas por um longo corredor de aproximadamente 40 metros de comprimento dividido por grades e portões. Para acessar a escola é preciso atravessar este longo corredor escuro, úmido com forte cheiro de mofo, onde frequentemente se vê muitas baratas e até mesmo ratos andando por um emaranhado de fios expostos no teto, que, além de tudo, causava apreensão pelo risco de incêndio. Ao caminhar pelo corredor em direção a escola do lado direito se via as sete galerias (B1 a B7), cada uma composta por oito celas, e do lado esquerdo na parte de baixo

grandes salas gradeadas utilizadas como depósito e a escola localizada na parte superior. Para acessar a escola é preciso caminhar até a galeria B5, cabendo ressaltar que os líderes da facção Comando Vermelho se encontram alojados na galeria B7. Confesso ter atravessado nas primeiras vezes este longo corredor com apreensão e angústia, sentimentos que se dissipavam ao chegar na escola. Aos poucos pude perceber que esta sensação também era compartilhada pelos alunos que encontravam na escola um ambiente mais acolhedor.

O espaço escolar é um lugar onde os próprios alunos consideram neutro, onde eles sentem uma certa segurança e onde são considerados e tratados como “pessoas”, pois no seu cotidiano na prisão são constantemente desrespeitados, maltratados, tanto por seus companheiros de cela, quanto pelos agentes penitenciários e pela estrutura prisional em si. Na escola não existem cadeados, trancas ou grades, mas sim um ambiente onde os alunos interagem com os professores que, apesar de não serem preparados previamente para lidar com este público específico, conseguem levar muito mais do que o conteúdo do currículo básico das suas disciplinas. Os docentes visam desenvolver habilidades socioemocionais, ajudando os alunos a lidarem com situações desafiadoras de forma construtiva, também estimulando habilidades de comunicação incentivando a criatividade e o desenvolvimento pessoal, motivando os alunos a buscarem uma mudança de vida, refletindo sobre suas escolhas do passado e futuras, tudo isso com empatia, respeito e confiança nos alunos, criando um ambiente de aprendizado inclusivo e encorajador. Os momentos na escola fazem com que aqueles sentimentos de angústia, abandono, tristeza e até mesmo revolta de alguns alunos, desapareçam durante o período que ali permanecem.

Na minha percepção, a relação entre alunos e professores na nossa escola, comparada à encontrada nas escolas extramuros, se

apresentava mais pacífica e até harmoniosa, pois os alunos tinham um comportamento bem mais respeitoso e moderado, por mais contraditório que isso possa parecer, e esse aspecto trazia uma maior tranquilidade ao professor em sala de aula. Este fato se dava também devido às regras de conduta impostas pelos próprios detentos, especialmente na penitenciária Gabriel Castilho, Bangu 3, local que abriga uma famosa facção criminosa do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho (CV). Esta facção possui um elevado nível de organização, bem superior as demais facções encontradas em outros presídios do Complexo de Gericinó, representada no envolvimento dos alunos nas atividades escolares, pois o CV possui um “estatuto” próprio, que além de determinar posturas, conduta e hierarquias, determina que todos os que não pertencem ao sistema penitenciário, como professores e agentes de saúde, devem ser respeitados por todos. Desta forma, dentro da Unidade Prisional os detentos se deparam com regras muito rígidas, que formam um conjunto de costumes, hábitos e valores inerentes a sua realidade, que quem está de fora do sistema não conhece. Como descreve Velho (1997), somente os indivíduos inseridos conseguem entender:

Dispomos de um mapa que nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. Isso, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema (Velho, 1997, p. 127).

Após alguns anos de experiência profissional trabalhando com Educação de Jovens e Adultos, ainda nos deparamos com uma realidade muito cruel, tanto para professores quanto para alunos, que contribui para ampliar as diferenças educacionais, dificultando o acesso do educando, principalmente quando falamos da EJA dentro da Unidade Prisional, às políticas públicas educacionais que promovam mudanças em sua realidade de vida. Cavalcante (2011) afirma que a

educação no sistema prisional não deve ser vista apenas como um direito humano, mas sim uma forma de ressocialização do indivíduo, sendo um lugar onde deverá ocorrer a troca de saberes e fortalecer os vínculos sociais. Nesse sentido, a educação deve ter qualidade seja no sistema prisional ou não.

Diante do exposto, esta pesquisa de caráter qualitativo pretende responder às seguintes questões: quais estratégias metodológicas para o ensino de ciências podem ser aplicadas ou desenvolvidas pelo professor que atua no sistema prisional e como essas estratégias podem alavancar o interesse e aprendizado dos alunos, sobretudo nas temáticas relacionadas ao ensino de ciências?

A educação deve ser considerada um direito fundamental de todos os indivíduos, independentemente de sua situação ou histórico. No sistema prisional, em particular a educação tem um potencial significativo para contribuir para a ressocialização dos detentos. Ao fornecer acesso à educação dentro das prisões, não apenas estamos cumprindo um imperativo legal e moral de oferecer oportunidades iguais a todos, mas também na transformação das vidas daqueles que estão cumprindo pena. Desta forma, temos como pressuposto que a educação no sistema prisional vai além de simplesmente transmitir os conteúdos acadêmicos, pois no ambiente prisional a educação deve promover a autoestima, a autoconfiança e o senso de propósito entre os alunos. E ao se envolverem em atividades manuais que valorizam a autonomia e expressões artísticas, acabam, muitas vezes, descobrindo habilidades e paixões desconhecidas que poderão contribuir para despertar o interesse dos alunos para áreas antes inimagináveis.

Para a Educação de Jovens e adultos privados de liberdade alcançar resultados como os acima mencionados é preciso criar dinâmicas para superar as limitações impostas pela realidade do sistema prisional. O fanzine foi o recurso didático escolhido como produto educacional por esse estudo para alcançar resultados

promissores na abordagem de assuntos relacionados ao ensino de ciências.

A escolha do fanzine se deu por necessitar para sua confecção de materiais de fácil acesso como revistas, jornais, caneta hidrocor, cola, tesoura e muita criatividade por parte dos alunos. Materiais que podem ser utilizados com segurança na escola, pois em uma escola dentro de uma unidade prisional enfrentamos uma grande dificuldade para autorização de entrada de materiais e recursos pedagógicos, devido aos rígidos protocolos de segurança aplicados em uma unidade de segurança máxima.

1.2 JUSTIFICATIVA

Ao lecionar em uma unidade Prisional na modalidade Educação de Jovens e Adultos, encontramos diversas dificuldades, pois o modelo de educação aplicado em uma escola na prisão é o mesmo que o aplicado nas escolas extramuros com os mesmos projetos a serem desenvolvidos, objetivos e metas a serem cumpridos, sem levar em conta a especificidade do público atendido nessa Escola.

Infelizmente na prática nos deparamos com uma realidade muito dura, tanto para professores quanto para alunos, visto que o ensino da EJA abarca grandes dificuldades, pois retrata as desigualdades sociais e econômicas do Brasil. Nas escolas extramuros, os alunos sofrem um grande preconceito, pois estão fora da idade escolar apropriada ao nível de ensino, tendo geralmente dificuldade na aprendizagem. Lima (2014) sugere que as adversidades enfrentadas não decorrem apenas da idade tardia, mas também pelo fato de chegarem à escola cansados física e mentalmente pelo longo dia de trabalho.

Aliado a isso, temos a falta de suporte, preparo do docente para lidar com as características desse grupo, assim como falta de material didático adequado e um currículo específico para a EJA.

Quando se trata da EJA, é importante levarmos em conta a diversidade dos sujeitos envolvidos. Debates acerca da EJA defendem que haja uma maior adequação da proposta de ensino para os seus sujeitos, sobretudo levando em conta a sua diversidade. Fica cada vez mais evidenciado neste debate, a necessidade da compreensão dos sujeitos da EJA como um grupo com muitas particularidades e especificidades. Portanto, é preciso compreender essa modalidade de ensino a partir da diversidade do público, uma vez que são adultos detentores de experiências e vivências distintas que contribuem para as circunstâncias atuais de suas vidas, alguns podem ter antecedentes de pobreza, abuso, oportunidades limitadas de emprego devido à falta de acesso à educação, enquanto outros podem ter sido envolvidos em atividades criminosas devido a influências sociais, pressões econômicas e difícil situação familiar (Julião, 2016).

Se nas escolas extramuros a realidade percebida é desconectada da realidade das políticas educacionais implementadas, para supostamente melhorar a qualidade da educação, o que dizer então sobre o programa de EJA do sistema prisional?

Nas escolas do sistema prisional são enfrentados os mesmos problemas que as demais, tais como falta de verba e de professores, evasão etc. Soma-se a esses problemas o preconceito existente entre os agentes prisionais que consideram os alunos bandidos e vagabundos que “escolheram” não estudar “na rua”, questionando sua escolha em frequentar a escola prisional. Este sentimento dos agentes se transforma em sabotagem criando dificuldades de acesso dos alunos a escola como por exemplo atrasarem na liberação dos alunos para assistirem as aulas sem nenhum motivo aparente. Além de todas essas questões, ainda enfrentamos as dificuldades de lecionar em uma escola

dentro de uma unidade prisional, sem uma proposta política e pedagógica que atenda todas as peculiaridades da EJA aos alunos privados de liberdade. Essa é a realidade enfrentada pelos professores do sistema prisional e que contextualiza o tema da pesquisa aqui abordado. Este cenário, evidencia a dificuldade de se fazer cumprir a Lei de Execuções Penais que diz no Art. 1º que tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. E, além disso, promover uma reparação social porque não podemos esquecer que a população carcerária é formada por uma grande maioria de negros e pobres e isso é um reflexo das profundas desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade brasileira. De acordo com o SISDEPEN (Sistema de Informações do Departamento Penitenciários Nacional), a população carcerária no Brasil é predominantemente composta por pessoas negras e de baixa renda. Essa disparidade é resultado de uma série de fatores, incluindo discriminação racial, acesso desigual a justiça, condições socioeconômicas desfavoráveis e políticas discriminatórias que muitas vezes têm impacto desproporcional sobre comunidades marginalizadas. Neste contexto, cabe acrescentar que a reduzida perspectiva de acesso à Educação para toda população brasileira vem a acarretar o aumento da criminalidade e, conseqüentemente, da população carcerária. Como reflexo desta dívida social, a escola na prisão busca recuperar o tempo desperdiçado pela ausência de investimento de âmbito social, ao se propor a habilitar o indivíduo. Portanto, fica evidenciada a importância de trazermos uma discussão sobre o tema e buscarmos saídas para minimizar os problemas acima mencionados.

1.2.1 OBJETIVOS

Verificar como a aplicação de um recurso didático baseado no uso do fanzine, pode incrementar o ensino de ciências numa escola na prisão.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Levantar as vivências e compreensões das temáticas de ciências dos alunos;
- desenvolver e confeccionar material educativo, através de oficinas, utilizando a linguagem dos fanzines;
- analisar as percepções dos alunos durante o processo de criação do material;
- elaborar uma cartilha para professores acerca da utilização do fanzine como recurso didático.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No que tange às políticas e legislação relativas ao sistema prisional, estudos acadêmicos afirmam que houve avanços em relação à educação prisional (Julião, 2016, Diorio, 2017). Várias pesquisas foram realizadas acerca deste tema como as de Moreira (2021) e Rogowski (2017). Porém, muito ainda é preciso ser feito no campo da educação de Jovens e adultos em situação de privação de liberdade, no que concerne uma educação de qualidade aos alunos apenados, principalmente em relação ao Ensino de Ciências, tema pouco encontrado nos trabalhos acadêmicos sobre alunos da EJA em escolas prisionais.

Embora muitos encarem a Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade como um privilegio ou benefício para os apenados, segundo a Lei de execuções Penal, (BRASIL, 1984), a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), o acesso à educação é um direito garantido, com a função de ressocializar o detento. A educação de Jovens e Adultos privados de liberdade é responsável pela instrução escolar e profissional do apenado, a fim de “prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”(Art. 10), promovendo a sua reintegração à sociedade.

Loic Wacquant (2001) em seu estudo intitulado *As prisões da miséria*, apresenta um panorama do sistema prisional europeu e norte americano, que nos auxilia a pensar a realidade brasileira. Diz ele sobre o perfil social dos apenados:

No momento de sua institucionalização na América de meados do século XIX, a reclusão era antes de tudo um método visando o controle das populações desviantes dependentes e os detentos, principalmente pobres e imigrantes europeus recém-chegados no novo mundo. Em nossos dias, o aparelho carcerário americano desempenha um papel análogo com respeito aos grupos que se tornam supérfluos ou

incongruentes pela dupla reestruturação da relação social e da caridade do estado: as frações decadentes da classe operária e os negros pobres das cidades (Wacquant, 2001, p. 96).

De acordo com o trecho acima citado, também no Brasil a maioria dos indivíduos que está privado de liberdade é pobre, preta, de regiões periféricas e com pouca ou nenhuma escolarização e que já vivem à margem da sociedade. De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), nos últimos anos, a Justiça condenou ao cárcere uma população equivalente ao município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Neste sentido, cabe destacar que a população carcerária brasileira é a terceira maior do planeta, perdendo apenas para Estados Unidos e China. Em tese, as pessoas são aprisionadas por se considerar que estes indivíduos representam um risco à ordem pública; porém, na prática, o super encarceramento aprofunda problemas e desigualdades sociais sem trazer benefícios para a segurança pública. A Secretária-executiva da Rede de Justiça Criminal, a advogada Janine Salles de Carvalho avalia que, no Brasil, as prisões são instrumentos de controle social; e, desde o período do Brasil-Colônia, são mandados para a cadeia todas aquelas pessoas marginalizadas; ou seja, a população pobre e negra. Ainda segundo Salles de Carvalho, o perfil das pessoas encarceradas nos dá pistas de que essa vocação segregacionista impera ainda hoje, visto que 68,2% dos presos são negros, ainda que tal "sanha encarceradora" não bastou para tornar o país mais seguro e estável (Ciscati, 2023).

Ainda segundo a SENAPPEN, no segundo semestre de 2023 somente no Estado do Rio de Janeiro, entre homens e mulheres encarcerados temos 45.827, destes 23,263 se declaram negros ou pardos, ou seja, mais de 50% do total dos presos no estado. Porém esse número pode ser bem maior, uma vez que grande parte da população carcerária não se reconhece como negros e pardos. Essa disparidade é preocupante e destaca a necessidade de medidas para abordar as desigualdades do sistema criminal brasileiro.

O perfil do apenado brasileiro é o do sujeito pobre e sem perspectiva de vida, desta forma a marginalidade e a criminalidade apresentam uma relação quase condicional com a sociedade capitalista, uma vez que as desigualdades socioeconômicas inerentes ao sistema capitalista criam condições que podem levar à marginalização e ao crime, especialmente entre grupos sociais historicamente desfavorecidos, como pessoas de baixa renda e negras, portanto, muitos recorrem ao crime como forma de sobrevivência ou como resposta à falta de oportunidades legítimas (Duarte; Pereira, 2017). E ainda, muitas das pessoas encarceradas tiveram o direito à educação negado e, em muitos casos, os motivos que as levaram ao cárcere estão ligados a essa negação (Magalhães, 2021).

Existe uma crença da população de um modo geral de que o indivíduo, uma vez dentro de uma unidade prisional, deve pagar pelos seus delitos sendo humilhado e violentado, de maneira a afastá-lo de sua condição humana mínima e que a pena a ser cumprida deva ser uma forma de revanche pelos crimes cometidos. Essa crença acaba por alimentar um ciclo, pois não sendo tratado de forma digna e com uma educação de má qualidade, dificilmente haverá mudança de mentalidade e comportamento, podendo o preso voltar novamente à criminalidade quando em liberdade, com possibilidade de tornar seus atos mais violentos e agressivos, caso ele seja de fato culpado. Importante salientar a existência de falha do sistema policial e judiciário que tende a criminalizar pretos e pobres inocentes, alguns indo parar nas prisões sem terem cometido crime algum. Temos vários exemplos do uso de reconhecimento por foto levando a prisões de inocentes, como mostra a reportagem publicada pelo Jornal O Dia, em outubro de 2023, o caso do porteiro Paulo Alberto da Silva Costa que ficou preso por três anos por causa de uma fotografia publicada na rede social que foi parar no livro de suspeitos da 54ª DP em Belford

Roxo. O uso do reconhecimento por foto é uma prática que, quando não regulamentada, pode perpetuar o racismo estrutural. Isso é especialmente preocupante quando aplicado em áreas como aplicação da lei e segurança, onde indivíduos podem ser erroneamente identificados e potencialmente sujeitos a tratamento discriminatório com base em sua raça. O racismo estrutural refere-se a padrões sistêmicos de discriminação racial enraizados em instituições sociais, políticas e econômicas, sendo sutil e permeando as estruturas e práticas de uma sociedade. A educação oferecida nas escolas deve abordar o racismo estrutural visando diminuir o seu efeito, possivelmente desse modo haverá uma diminuição da população carcerária a longo prazo. No entanto, enquanto isso não ocorre, precisamos pensar em formas de integrar a enorme população carcerária e a educação como um caminho, segundo Pereira (2011, p.40) "educação é condição **sine qua non** para mudar a realidade cruel do sistema carcerário nacional", porém o ensino em unidades prisionais enfrenta várias dificuldades que impossibilitam de oferecer um ensino de qualidade. Por esta perspectiva, ao demarcar o uso da expressão "racismo", em primeiro lugar deve-se examinar o que significa a partir da análise do individualismo, como um ato ou atitude individual de antipatia em relação a uma pessoa com base em sua raça e/ou etnia. O segundo ponto se pauta no estruturalismo, que define racismo como abrangência de ideologias, leis e ações causadas pelas estruturas da sociedade que afetam negativamente um grupo racializado. Neste sentido, as discussões modernas sobre a natureza do racismo são caracterizadas por um profundo desacordo sobre como abordar a temática, pois alguns o veem como um fenômeno exclusivamente individual, centrado em uma pessoa específica, agindo-se com ódio contra alguém com base em sua raça, enquanto outros vêem o racismo como algo que existe principalmente nas estruturas e instituições da sociedade. Por esta percepção, existem posições mais extremas e mais moderadas em cada lado das atitudes (sub)conscientes que cada

membro da sociedade mantém. Assim sendo, alguns acreditam que o racismo só deve estar localizado nas ações e atitudes de um indivíduo; no entanto, outros creem que, embora o foco principal deva ser dado às atitudes e ações individuais, também há espaço para examinar estruturas e instituições. Nesta perspectiva, ao darmos uma dupla atenção ao indivíduo e às estruturas da sociedade, podemos obter uma compreensão mais profunda do racismo e de como explicar essas questões que deságuam na explosão demográfica do sistema carcerário brasileiro. Os relatos individualistas do racismo concentram-se principalmente nos deveres e atitudes do Individual; porém, estas ações discriminatórias não devem ser confundidas com o individualismo metodológico ou com o individualismo moral da sociedade. Embora separados, o primeiro desses tipos de individualismo não está completamente desconectado de um individualismo metodológico, que se caracteriza pela afirmação de que os fenômenos sociais devem ser explicados, demonstrando como eles resultam de ações individuais que, por sua vez, devem ser avaliadas através da referência aos estados intencionais que motivam os atores individuais. Em essência, tais ações e atitudes são as principais áreas do campo individualista, que tentará provar que a maioria das pessoas vê o racismo de forma metodologicamente pessoal, desintegrando-o do contexto social (Shelby, 2014).

Como dito, a educação é uma solução para a diminuição das injustiças sociais. No entanto, situações como falta de material didático, transferências internas dos alunos entre as unidades prisionais, pois são transferidos de presídios constantemente seja por progressão de pena, como por exemplo de um presídio fechado de segurança máxima para um presídio semiaberto ou, de forma inversa, por ter cometido algum delito dentro da cadeia, podendo ser transferido de um semiaberto para um de segurança máxima, como forma de punição. Esses aspectos tornam mais difíceis a continuidade

da aprendizagem, fazendo com que o professor tenha uma rotatividade muito grande de alunos. Não menos importante, existe a necessidade de um currículo que atenda as peculiaridades de uma escola na prisão se quisermos implementar uma política educacional séria. Julião (2016) relata que, em uma visão antiquada de educação supletiva, tende-se a optar por uma diminuição dos conteúdos para educação regular básica sem levar em conta as necessidades e especificidades dos alunos pertencentes à modalidade Jovens, adultos e idosos. Neste contexto, Julião (2013) pontua diversos problemas apresentados nas unidades escolares prisionais:

A grande maioria das escolas, com poucas exceções, conserva as mesmas características de uma escola extramuros, mantendo os seus calendários letivos, propostas pedagógicas e curriculares, materiais didáticos, gestão etc. Muitas sequer assumem a modalidade de educação de jovens e adultos, reconhecendo-se como uma escola regular dentro do sistema penitenciário. Todas as escolas localizadas em presídios no país possuem características bem diferentes. Enquanto algumas funcionam em espaços realmente criados para as escolas com salas de aula propriamente ditas, outras funcionam improvisadamente, verdadeiras "celas de aula" (Julião, 2013, p.5)

A educação de Jovens e Adultos privados de liberdade enfrenta diversos problemas distintos, como, por exemplo, o fato de muitos defenderem que o ensino prisional deve ser limitado ao conteúdo oferecido nas escolas extramuro, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, sem levar em conta as peculiaridades e vivências desse grupo específico de alunos. Essa percepção não encara as especificidades da população carcerária, podendo induzir ao que Freire denomina de "educação bancária" porque, além de tudo, a escola na prisão coloca uma série de restrições que dificultam abordagens diversas, criando um ambiente que restringe à alternativa da incorporação da "dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade" (Freire, 1987, pg. 57-120) e que estimula o aluno a refletir criticamente sobre seu papel na sociedade. Ou seja, temos como cenário um

currículo que padroniza alunos com realidades bem distintas; um professor não preparado para a realidade que vai encontrar nas escolas prisionais, restrições de uso de equipamentos e materiais etc.

Os alunos do Sistema Prisional são adultos e possuem diversas experiências de vida, conhecimentos acumulados que não devem ser desprezados e que podem ser compartilhados e usados no processo de aprendizagem. "A prática educacional que não respeita e nem valoriza o saber da experiência de seus educandos reproduz a mesma lógica opressiva dos sistemas que oprimem os marginalizados." (Onofre, 2011, p.24). Somente desta maneira teremos a oportunidade de, através da educação, levar o aluno apenado à emancipação do estado de origem que o levou para o interior do sistema prisional. Como a Educação vem a ser um direito garantido por lei, dada a possibilidade de enfrentamento à pobreza, de tentativa de diminuir a violência e também de fazer com que a população carcerária tenha um mínimo de dignidade que transforme vidas, sendo capaz de criar em si a esperança de conquista de novas oportunidades, esta se torna uma das principais ferramentas para o crescimento pessoal, visto que por meio dela será possível ampliar o conhecimento do mundo, principalmente para levar os privados de liberdade a valorizarem mais a vida e as pessoas que vivem ao seu redor, quando conseguem compreender que a escola é o seu lugar de refúgio. Vale ressaltar que é preciso investir em uma política educacional de qualidade, melhorando o valor humano e a inclusão social; e, em relação às políticas de educação nas prisões, destaca-se o seu caráter complexo de organização e funcionamento, uma vez que são realizadas a partir da articulação do sistema educacional com o sistema penitenciário.

Todavia, dada a falta de uma política pública adequada para o ensino nas prisões, por intermédio da modalidade da Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade, acredita-se que, portanto, as dificuldades se multiplicarão diante de tantos obstáculos que

enfrentam os docentes e os estudantes privados de liberdade. Se o homem nasceu para ser livre, não faz parte da sua natureza permanecer enjaulado; e, mesmo que a escola seja um refúgio, ainda é possível atender alunos que afirmam estar seguros, não há interesse pela sala de aula, ainda que muitas vezes eles buscam esse espaço para fugir das punições. Isto é, a prisão é vista como um lugar que pune, persegue, maltrata, humilha e o preso por não aguentar tanto sofrimento passa a ver a escola como um local de conforto e segurança. Logo, para compreender a história da educação de Jovens e Adultos em Situação de privação de Liberdade , é importante conhecer o contexto histórico do sistema carcerário brasileiro que, ao longo do tempo, passou por mudanças importantes, de maneira que não seja possível falar em educação de Jovens e Adultos em Situação de privação de Liberdade sem antes conhecer os principais fatos que foram modificados ao longo do tempo.

Neste contexto, com a introdução do sistema republicano, foi criado um novo Código, a partir de 1890, com penas mais brandas em comparação às do Código Penal do Império. Porém, mesmo assim, existe um ponto de repressão e a segregação social, que até então a chamada "Educação" ainda não estava prevista em lei, criando-se um distanciamento deste indivíduo marginalizado da sociedade. Visto que até os dias atuais ainda não existem leis que abordem o tema de ressocialização e funcionamento de escolas nas chamadas "cadeias" e/ou presídios, não se pode falar em educação prisional sem antes abordar as diversas questões do próprio sistema, como as leis que regem o país, dadas as mudanças que foram sendo aprimoradas ao longo do tempo para permitir ao preso a frequência de uma sala de aula (Santana; Amaral, 2020).

Não existe consenso entre os pesquisadores em relação a quando começou o ensino dentro das unidades prisionais, porém ainda no início do século XIX, o presídio era visto como um local de contenção

de pessoas, sem qualquer proposta de requalificação dos presos. Segundo os estudos realizados por (Novo, 2019), não existia uma educação que abrangesse os privados de liberdade, este por sua vez ficava à mercê de todo tipo de violência, já que não existia uma política pública que beneficiasse o preso. Com o desenvolvimento de programas de tratamento dentro das prisões, esta proposta surgiu, embora não houvesse anteriormente nenhuma forma de trabalho ou educação religiosa. No início da década de 1950, foi identificada a falência desse sistema prisional, o que motivou a busca por novos rumos, inserindo assim a educação escolar nas prisões. Por este viés, a Carta Magna de 1988, considerada a mais democrática e civil de todas as Constituições brasileiras, assegura em seus princípios básicos voltados para a compreensão da educação nos sistemas previdenciários, como uma questão de direitos humanos e fundamentais. Portanto, investir nas escolas prisionais implica em vários aspectos; e, entre eles, está a possibilidade de devolução dessa questão à sociedade, através do convívio com a família, os amigos, o acesso ao trabalho, o retorno ao sentido da palavra vida. Porém, para falar em educação prisional seja necessário apresentar as leis que regem a instituição (Novo, 2019).

No século XX, notou-se que a população carcerária, devido à segregação social evidente no Brasil, não tinha muita escolaridade ou atingia um nível elevado no que diz respeito à educação formal. Assim, por volta de 1950, a educação foi incorporada ao sistema prisional, iniciando-se uma nova concepção do sistema penitenciário, no que diz respeito à prisão. Contudo, somente a partir dessas mudanças no Brasil, em meados da década de 1950, as Normas Gerais do Regime Penitenciário (Lei nº 3.274/57) foram editadas e aceitas como as que inauguraram o conceito educacional integral para a população carcerária. Mais precisamente a partir do governo de Juscelino Kubitschek foram ratificadas essas Normas Gerais do Regime

Penitenciário, com o objetivo principal de melhorar a educação de qualidade no cotidiano carcerário, o que poderia inserir o indivíduo privado de liberdade na tentativa de oferecer melhores condições de vida para aqueles que não têm o direito de viver em sociedade. Mas infelizmente não foi bem consolidado, por falta de organização eficiente, o que demonstra a realidade nacional de consternação com os presídios brasileiros (Oliveira, 2013).

Indo em caminho inverso, o sistema prisional “tem a função de fazer o criminoso assumir a identidade de delinquente. A prisão fabrica delinquentes através do modo de vida que impõe ao homem preso, formando uma nova sociedade, hierarquizada e autorregulada.” (Seidel, 2017 p. 56). Nesse sentido, a escola na prisão tem um papel muito maior do que simplesmente a escolarização, ou a apresentação de conteúdo ou mesmo a profissionalização dos apenados. A escola passa a ser uma oportunidade de mudança dentro de um sistema prisional. Seidel descreve que os alunos:

Envolvem-se francamente com as atividades escolares, para além da remissão de pena ou outros benefícios que possam lhes interessar tal participação. Sentem naquele espaço, um espaço de resistência, de possibilidades, de criação. (Seidel,2017, P.99)

Em sua pesquisa, Seidel (2017) afirma a importância da escola na prisão, pois é o lugar onde os alunos conseguem se reconhecer como pessoas, sendo um espaço onde acontecem trocas de experiências de vida, realidades podem ser modificadas e saberes são compartilhados.

Baseado nesta perspectiva, pretendemos trabalhar com a ideia de valorização do indivíduo apenado como pessoa, tentando ressaltar a sua humanidade, respeitando seus conhecimentos e vivências, resgatando sua autonomia de forma crítica, restabelecendo seu

convívio em um ambiente onde se sinta respeitado, elevando sua autoestima e se (re)conhecendo como cidadão.

Diante do exposto, buscamos conhecer a produção acadêmica sobre o assunto fazendo um breve levantamento bibliográfico, com intuito de identificar as perspectivas abordadas nos trabalhos publicados a partir da temática do “Ensino de Ciências em Unidades Prisionais”.

2.1 O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA

Para a realização do levantamento bibliográfico, utilizamos como fonte de pesquisa o catálogo de teses e dissertações da Capes¹. Quanto ao processo de seleção das teses e dissertações foi utilizado o descritor: “Ensino Prisional”, aparecendo 153 trabalhos. Posteriormente foi feito um refinamento em que foi utilizado a Área de conhecimento “Educação e Ensino”, reduzindo de 153 para 50 títulos. Para análise do conteúdo desses 50 títulos, foi feita leitura de todos os resumos, com intuito de identificar trabalhos relacionados com a temática proposta pela nossa pesquisa e que fossem estudos que tivessem como foco a realidade do Estado do Rio de Janeiro ou que abordassem o sistema prisional como um todo.

Desta forma, nossa amostra ficou reduzida a apenas quatro dissertações produzidas em diferentes programas de pós-graduações:

Tabela – 1 – Dissertações e Programas de Pós-graduações

	Título/ ano	Autor	PPG/Instituição
--	-------------	-------	-----------------

¹O levantamento foi realizado no dia 01 de outubro de 2023.

1	Historicidade e prática educativas da educação prisional no Brasil. 2021.	Suely Franco de Oliveira	Programa de Pós-Graduação em Educação. PUC-GO
2	Entre o ensino e a ressocialização: práticas de professores de Ciências na educação prisional masculina no município do Rio de Janeiro.2017.	Tatiane Almeida Diório	Programa de Pós-Graduação em Educação. PUC-RJ
3	Mulheres no espaço prisional: Desafios e possibilidades para o acesso ao ensino superior.2022.	Bruna Magalhães dos Santos	Programa de Pós-Graduação em Educação. UNIRIO
4	Mulheres trans no sistema prisional do Rio de Janeiro: a relação entre suas histórias e suas trajetórias de vida escolar. 2020	Penélope Cavalcante Santana	Programa de Pós-Graduação em Educação. UERJ

O trabalho intitulado “Historicidade e prática educativas da educação prisional no Brasil” (Oliveira, 2021) aborda a construção da educação prisional no Brasil tendo uma perspectiva histórica relacionando com o cenário atual da prática da educação prisional e a necessidade da continuidade de estudos sobre essa temática, principalmente no que tange a formação de professores, estrutura física das escolas em unidades prisionais e a metodologia das práticas de ensino, assim como o incremento de políticas públicas educacionais voltadas para pessoas privadas de liberdade.

Desta forma, Oliveira (2021, p.64) reitera a necessidade de ações e políticas públicas que possam de fato atuar de forma a contribuir para reinserção das pessoas privadas de liberdade e do convívio social.

Um dos maiores desafios que os governantes brasileiros vêm enfrentando na atualidade e que vem se arrastando por décadas, é a decadência do sistema penitenciário, sistema este que podemos constatar, não foi criado com a preocupação de reinserir o preso ao convívio social, mas um sistema que apenas tem como atividade fundamental aprisionar, punir e privar de liberdade. (Oliveira, 2021, p.64)

Na dissertação intitulada “Entre o ensino e a ressocialização: práticas de professores de ciências na educação prisional masculina no município do Rio de Janeiro” (Diorio, 2017), constatamos que esta pesquisa corrobora com a nossa, pois trata especialmente da falta de formação dos professores de ciências nas unidades prisionais do Rio de Janeiro e das dificuldades encontradas pelos docentes no cotidiano de uma escola localizada em uma unidade prisional de regime fechado. Destaca as especificidades dessa realidade em relação a questão da segurança levando a restrições de entrada de materiais didáticos-pedagógicos, impondo aos professores o uso de estratégias diferenciadas para que possam ministrar boas aulas dado o contexto a que estão inseridos.

Segundo Diorio (2017) a experiência, ou seja, a prática profissional dos docentes é uma ferramenta imprescindíveis para que possam lecionar em um ambiente com tantas privações.

Assim, não se pode separar a prática docente do ambiente de trabalho do professor, de seu objeto, de seus objetivos profissionais, dos dilemas que enfrentam no cotidiano de suas aulas, das implicações éticas e deontológicas que estruturam suas ações, de seus saberes e técnicas e, muito menos, de sua personalidade e experiência de vida. (Diorio, 2017, p. 138).

Diante desta afirmação, percebemos que o dia a dia do professor em uma escola localizada dentro de uma Unidade Prisional de segurança máxima está relacionado às adversidades encontradas em seu ambiente de trabalho e as possibilidades de ensino no contexto de uma escola na prisão.

“Mulheres no espaço prisional: desafios e possibilidades para o acesso ao ensino superior” de Santos (2022) tem como foco os estabelecimentos prisionais femininos e suas unidades escolares. A autora buscou conhecer a situação em relação às políticas públicas que

possibilitem o acesso das mulheres em situação de privação de liberdade ao ensino superior por meio do Enem PPL (Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade) e outras modalidades de ingresso.

De acordo com a pesquisa, não há registro de mulheres privadas de liberdade que tenham ingressado no ensino superior, principalmente pela falta de políticas públicas. Em nossa pesquisa, percebemos que essa não é uma realidade que afeta apenas as mulheres, mas todas as pessoas privadas de liberdade, pois como afirma Dos Santos et al (2017) apesar do Enem Pessoas Privadas de Liberdade ter como objetivo possibilitar o ingresso da pessoa privada de liberdade à graduação, a Lei de Execução Penal não permite a saída do interno de regime fechado para estudo extramuro, inviabilizando o prosseguimento de seus estudos concedendo apenas o direito à educação básica. Para obter direito ao estudo no nível superior o interno tem de acionar judicialmente a liberação de saída ou acesso a modalidade à distância, o que não acontece, pois as unidades prisionais do estado do Rio de Janeiro não oferecem condições de acesso à internet.

O trabalho “Mulheres trans no sistema prisional do Rio de Janeiro: a relação entre suas histórias e suas trajetórias de vida escolar” (Cavalcante ,2020), relata as dificuldades enfrentadas pelas mulheres trans ao acesso à educação. Apesar das dificuldades, ainda assim muitas afirmam que se sentiram mais acolhidas e respeitadas em escolas prisionais do que em escolas extramuros, mesmo sinalizando que existem muitos problemas que tornam o estudo dentro de uma unidade prisional muito difícil.

São inúmeras as dificuldades dos alunos privados de liberdade em estudar, pois o único ambiente propício é o espaço escolar. Fora dele não existe ambiente que garanta o mínimo de condições de concentração, um ambiente silencioso, seguro e com condições

ambientais minimamente toleráveis. Estudar nas celas é um desafio muito grande, pois frequentemente acontecem o que os agentes penitenciários chamam de “geral” ou seja, os procedimentos de inspeção e buscas nas celas por materiais ilícitos, com isso muitas vezes o material escolar como cadernos, textos e até mesmo livros, são perdidos nestes procedimentos, tanto que em algumas unidades escolares os alunos não têm a opção de levarem os cadernos e matérias para as celas, a quantidade de material adquirido pela escola é em número reduzido, quase que contado por aluno, não havendo material para reposição. Essa realidade implica também na dificuldade para realização de projetos como remissão pela leitura, direito que foi regulamentado pela resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)nº 391/2001, onde o artigo 5º assegura aqueles(as) privados(as) de liberdade a remissão da pena quando atestem a leitura de qualquer obra literária, prejudicando esse benefício para quem se dispõe a ler.

Através do levantamento realizado percebemos a necessidade de uma análise mais profunda e ampla do material obtido, a fim de produzir o estado da arte sobre essa temática. Porém, devido a limitação do tempo e pelo entendimento de que nesta fase da pesquisa uma aproximação do tema feita de forma mais geral já nos permitiu perceber que é imprescindível mais estudos sobre práticas pedagógicas e materiais educativos que viabilizem o ensino de ciências em escolas prisionais, principalmente mediante as limitações, que são características inerentes às escolas localizadas no interior de unidades prisionais, especialmente as de segurança máxima.

2.2 LEI DE EXECUÇÃO PENAL

A Lei de Execução Penal (LEP) dispõe sobre o direito à educação de jovens e adultos privados de liberdade. Este documento regulamenta que o objetivo da Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade “é proporcionar condições para a

harmônica integração social do condenado e do internado” (Brasil, Lei no 7.210/1984, art. 1º). A LEP dispõe que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (ibidem, art. 10). Destacando que é obrigação do Estado prover o “ensino do 1º grau” atualmente denominado Ensino Fundamental, (dividido em séries iniciais do 1º ao 5º ano e séries finais do 6º ao 9º ano) integrando-se a Unidade Federativa, podendo ocorrer a formação de convênios com instituições públicas ou particulares. O documento também prevê que deve ser oferecido aos internos o Ensino médio, regular ou supletivo, profissional ou geral. Também regula sobre a implementação de Bibliotecas e a manutenção de seu acervo.

Em 2011, a LEP é alterada pela lei nº 12.433, pois previa apenas a remissão de pena pelo trabalho, passando então, com a nova lei, a determinar que “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena” (Brasil, Lei nº 12.433, art.126).

A remissão por estudo se dá a cada 12h de frequência na escola, conferindo o direito de redução em 1 dia da sua pena, através de atividades de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional, sendo de forma presencial ou a distância. O aluno que concluir o Ensino Fundamental ou Médio durante o cumprimento de sua pena, ainda tem o benefício de “o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço)” (Brasil, Lei no 7.210/1984, art. 126).

A partir da LEP de 1984 foi possível notar alguns avanços nas políticas de educação para Jovens e Adultos privados de liberdade, Julião (2013) destaca os seguintes:

Aprovação das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais aprovada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (Resolução nº 3 de 11/03/2009 do CNPCP) e das Diretrizes Nacionais para a oferta

de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução nº 2 de 19/05/2010 do CNE); a alteração na Lei de Execução Penal que permite às pessoas presas diminuírem a sua pena com base nas horas de estudo; e o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (Decreto 7626 de 24/11/2011) (Julião, 2013, p.15).

Apesar dos avanços nas políticas de Educação para Jovens e Adultos privados de liberdade, ainda enfrentamos muitos problemas devido à falta de infraestrutura nas escolas, projetos pedagógicos específicos para o público privado de liberdade, falta de material pedagógico, falta de preparo e valorização dos professores que atuam na Educação de Jovens e

Adultos em situação de privação de liberdade, assim como a possibilidade de o professor ter que enfrentar a resistência dos agentes penitenciários causando uma tensão adicional aos profissionais que atuam na escola. Todas essas questões fazem com que as Diretrizes e Leis não alcancem seus objetivos na educação de Jovens e adultos privados de liberdade.

2.3 ESCOLAS PRISIONAIS

A Lei de Execução Penal a (LEP) tem o objetivo de “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (Brasil, Lei no 7.210/1984, art. 1º), como acima exposto. Neste contexto, o Rio de Janeiro é pioneiro na implementação das escolas prisionais, tanto do Ensino Fundamental como o Ensino Médio, porém ainda está muito longe de ofertar uma educação de qualidade (Julião, 2013).

Desta forma, apesar das escolas prisionais terem sido criadas há mais de uma década, as escolas dentro das Unidades Prisionais ainda são pouco conhecidas até mesmo por profissionais da SEEDUC que atuam em outras coordenadorias. Segundo Santos (2015), em

2007 as escolas em unidades prisionais foram vinculadas ao Gabinete do Secretário de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro, cargo ocupado na época por Nelson Maculan Filho, além de ser criado um grupo com objetivo de mapear as escolas em prisões e socioeducativas, que são unidades que abrigam adolescentes entre 12 e 18 anos que tenham cometido ato infracional (Brasil,1990) e houve a inserção dessas unidades no Plano Estadual de Educação para a Educação Básica no Estado do Rio de Janeiro. Em 2008 foi criada a COESP (Coordenadoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas) responsável pedagógica e administrativamente pelas escolas situadas tanto no Degase (Departamento Geral de Ações Socioeducativas) quanto na SEAP (a Secretaria de Administração Penitenciária). Em 2010 houve uma reformulação, transformando COESP em DIESP (Diretoria Especial das Escolas Socioeducativas e Prisionais) ainda vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), porém com maior autonomia sobre as Escolas Prisionais. (Oliveira et.al., 2021).

Em sua pesquisa Diorio (2017) destaca a quantidade de Unidades Prisionais no estado do Rio de Janeiro:

A Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (SEAP-RJ) mantém em funcionamento atualmente 45 Unidades Prisionais (UP) e 06 Unidades Hospitalares. Dentre aquelas, 28 somente no município do Rio de Janeiro, onde os estabelecimentos penais destinados aos sujeitos do sexo masculino são a grande maioria: 26 unidades – divididas de acordo com o regime de pena privativa de liberdade. Em maior número estão as instituições penais que abrigam presos em regime fechado e em regime semiaberto. (Diorio, 2017, p.24)

A Secretaria de Estado de Educação do estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) é responsável, através da DIESP, pela gestão das escolas que funcionam dentro de Unidades Prisionais. Em 2011, segundo Diorio (2017), a SEEDUC e a SEAP realizaram um acordo de cooperação entre as duas secretarias, com o objetivo de ofertar a Educação Básica

dentro das Unidades Prisionais, este acordo visou, além de trazer melhorias para as escolas Prisionais já existentes, a instalação de Escolas em todas as Unidades prisionais.

As Unidades Escolares, existentes nos presídios, abrigam alunos a partir dos 18 anos e ofertam o 1º e 2º segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo oferecida na forma presencial e semipresencial. (Oliveira et.al., 2021).

A tabela abaixo lista as escolas dentro das Unidades Prisionais, porém duas dessas escolas que se localizavam no município de Magé foram fechadas, a do município de Niterói se tornou uma unidade independente, deixando de ser anexo da Escola Estadual Professor Carlos da Costa, sendo então transferida para o município do Rio de Janeiro, para o Bairro de Bonsucesso.

Tabela 2 – Relação das Escolas e unidades prisionais

Escolas/Colégio – Complexo de Gericinó –Bangu	Unidades prisionais
C.E. Angenor de Oliveira – Cartola	Penitenciária industrial Esmeraldino Bandeira
C.E. Escritor e Jornalista Graciliano Ramos	Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho
C.E. Evandro João da Silva	Penitenciária Serrano Neves
C. E. Henrique de Souza Filho- Henfil	Penitenciária Vicente Piragibe
C. E. José Lewgoy	Penitenciária Moniz Sodré
C.E. Mario Quintana	Penitenciária Lemos Brito
C.E. Padre Bruno Trombetta	Presídio Elisabeth S� Rego
C.E. Prof. Alfa Lins Freire	Penitenciária Alfredo Tranjan
C.E. Prof. S�nia M� Menezes	Penitenciária Jonas Lopes
C.E. Professor Carlos da Costa	Penitenciária Gabriel Ferreira Castilho
C.E. Roberto Burle Marx	Penitenciária Talavera Bruce
C.E. Rubem Braga	Instituto Penal Benjamim de Moraes Filho
C.E. 1� Tenente PM Hailton dos Santos	Presídio Nelson Hungria
C.E. José Lewgoy (anexo)	Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza

NACES – Núcleo Avançado de Centro de Ensino Supletivo	Penitenciária Joaquim Ferreira de Souza
C.E. Professor Carlos da Costa (anexo)	Cadeia Pública Bandeira Stampa
C.E. Anacleto de Medeiros	Presídio Evaristo de Moraes
Niterói	
C.E. Prof. Carlos da Costa (fechada)	Penitenciária Vieira Ferreira Neto
Magé	
C.E. Prof. Carlos da Costa (fechada)	Colônia Agrícola Marco Aurelio Vergas Tavares de Mattos
E.E. Prof. Carlos da Costa (fechada)	Presídio Hélio Gomes
Japeri	
C.E. Carlos Pereira Guimarães Filho (anexo)	Cadeia Pública Cotrim Neto
C.E. Carlos Pereira Guimarães Filho (anexo)	Penitenciária Milton Dias Moreira
C.E. Luiz Gama (a inaugurar)	Penitenciária Milton Dias Moreira
C.E. Carlos Pereira Guimarães	Presídio João Carlos da Silva
Campos dos Goytacazes	
C.E. Padre Bruno Trombetta (anexo)	Presídio Nilma da Silva Santos
C.E. Padre Bruno Trombetta (anexo)	Presídio Carlos Tinoco da Fonseca
C.E. Padre Bruno Trombetta (anexo)	Cadeia Pública Dalton Crespo
Itaperuna	
C.E. Padre Bruno da Trombetta	Presídio Diomedes Vinhosa Muniz
Volta Redonda	
C.E. Padre Bruno da Trombetta	Cadeia Pública Franz de Castro Holzwarth

Fonte: <http://visitanteseap.detran.rj.gov.br>

Apesar da quantidade significativa de Escolas Prisionais, o número de apenados matriculados ainda é muito pequeno. Segundo os dados da SISDEPEN (Plataforma de Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro) o número de detentos envolvidos em alguma atividade educacional é muito baixo em relação a população carcerária do Estado do Rio de Janeiro, que é de 42.188 presos contabilizando apenas os detentos do sexo masculino. Destes apenas 2487 mantém alguma atividade educacional no período de julho a dezembro de 2020, divididos em alfabetização:1295; Ensino Fundamental: 610; Ensino Médio 449 e Ensino Superior: 133, o que representa apenas,

aproximadamente 6% da população carcerária do sexo masculino do Estado do Rio de Janeiro.

2.4 COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR CARLOS DA COSTA

De acordo com SISDEPEN, geralmente as pessoas que ingressam no sistema prisional têm baixo nível de escolaridade o que dificulta a inserção destes no mercado de trabalho após o cumprimento de sua pena. Este dado reforça a importância da escola dentro do sistema prisional, para possibilitar o retorno à sociedade de maneira satisfatória. A escola no Sistema Prisional vai muito além de um espaço de educação, para a maioria dos alunos é um lugar onde se sentem novamente encarados como pessoas, pois é um lugar de respeito, onde são tratados como alunos, o que para eles é um refrigério, mediante ao seu dia a dia nas celas, onde vivem amontoados, sem higiene adequada, sofrendo com um calor quase que insuportável, característico da região de Bangu, no Rio de Janeiro e, muitas vezes, sendo desrespeitados pelos agentes penitenciários.

O Colégio Estadual Carlos da Costa, local em que atuava até 2023, como professora de Biologia e Ciências durante o período da pesquisa, conta com alunos oriundos principalmente da unidade Prisional Gabriel Ferreira Castilho, que abriga detentos de uma das maiores facções criminosas do Rio de Janeiro. Apesar disso, os alunos demonstram uma gratidão por nós professores, que muitas vezes nos deixam até desconfortáveis, pois afinal de contas estamos fazendo o que faríamos em qualquer escola da Rede Estadual de Ensino. Os alunos relatam como é bom frequentar a escola, ser tratados como qualquer outro aluno, pois lá não são detentos, são apenas nossos alunos.

No final do ano de 2021, em dezembro, as turmas do Neja IV, equivalente ao terceiro ano do Ensino Médio, tiveram uma pequena e simples cerimônia de formatura e notamos como ficaram emocionados, pois não imaginavam que iriam terminar o Ensino Médio em uma escola na prisão. Um dos formandos que concluiu o Ensino Fundamental na prisão e agora o Médio, fez um pequeno discurso em agradecimento à dedicação e ao carinho demonstrados por todos os professores da escola que não mediam esforços, dentro das possibilidades limitadas, para oferecer um ensino de qualidade, e que quando “saísse de liberdade” teria um outro olhar para a escola e para o seu futuro. Esse comportamento de gratidão, respeito e carinho pelos professores e equipe diretiva da escola, não é um fato isolado, percebemos esse sentimento de gratidão na maioria dos alunos, o que nos proporciona enorme prazer e satisfação em exercer nossa profissão, apesar de tantos problemas que enfrentamos em nosso cotidiano.

Apesar do pequeno espaço físico, o Colégio é mantido sempre muito limpo e organizado pelos próprios alunos, visto que está situado em uma Unidade Prisional de segurança máxima e não temos equipe de apoio, limpeza e nem de cozinha, ficando essas atividades a cargo dos próprios alunos. O colégio possui 09 salas de aula com capacidade aproximada para 20 alunos cada, 01 sala de artesanato, 01 sala de professores, 01 sala da equipe Diretiva e 02 banheiros, sendo 01 para os alunos e outro para os professores e 01 cozinha. Infelizmente não temos uma sala para biblioteca, os livros ficam expostos em uma estante na área de entrada da escola. A escola possui 2 computadores sem acesso à internet, (não é permitido em presídios de segurança máxima) e uma impressora que ficam na sala da equipe diretiva e um aparelho de Data Show.

Figura 1- Portão de entrada da escola



Fonte: acervo pessoal

Figura 2- Escada de acesso à escola



Fonte: Acervo pessoal

O C.E. Professor Carlos da Costa passou por uma pequena reforma no ano de 2020, quando foram feitas algumas melhorias e manutenção, algumas delas com a participação dos alunos, como as pinturas feitas na escada de acesso à escola (figuras 3 e 4).

Figura 3 – Pintura feita pelos alunos na escada de acesso à escola



Fonte: Acervo pessoal

Figura 4 – Pintura feita pelos alunos na escada de acesso à escola



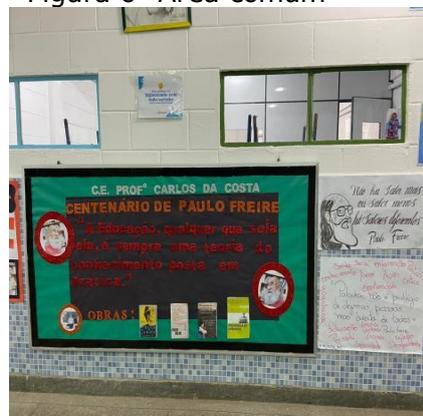
Fonte: Acervo pessoal

Figura 5 –Área comum



Fonte: Acervo pessoal

Figura 6 –Área comum



Fonte: Acervo pessoal

Figura 7 – Corredor



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 8- Estante de livros na área comum



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 9 – sala de aula



Fonte: arquivo pessoal

Figura 10 – sala de aula



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 11 – Banheiro dos professores



Fonte: Acervo pessoal

Figura 12 – Cozinha



Fonte: Acervo pessoal

2.5 A ORIGEM DOS FANZINES

O nome fanzine é uma “contração das palavras inglesas “fanatic” e “magazine” e significa revista do fã, sendo uma publicação amadora sem objetivo de obtenção de lucro” (Guimarães, 2020. P. 9). A palavra “fanzine” foi usada para definir uma revista caseira, feita de uma forma totalmente artesanal através de colagens utilizando jornais, revistas e desenhos feitos pelos próprios autores. Segundo Pinto (2020, p.12) “A forma mais simples de se fazer um original de fanzine é’ através da montagem de recortes de imagens, textos manuscritos, datilografados ou digitados colados numa folha de papel sulfite e depois reproduzido em fotocópias”.

Com estudos consultados, todos concordam que o fanzine surgiu nos Estados Unidos na década de 1930, tendo como finalidade divulgar obras de ficção científica criadas por fãs deste segmento, fora do âmbito profissional e comercial (Muniz, 2010). Segundo Magalhães (1993, p. 9) “esta denominação só foi criada em 1941, por Russ Chauvenet.”. E, de acordo com Maranhão (2012), não se pode determinar quando surgiu o primeiro exemplar:

É difícil afirmar com certeza qual o primeiro fanzine surgido no mundo. Objeto situado fora do sistema comercial e editorial, muitas vezes não catalogado e arquivado, podendo ser produzido dentro de cômodos de casas comuns ou não, é quase impossível saber exatamente onde e quando pessoas tiveram a ideia de fazer seu próprio jornalzinho e distribuir a amigos mais ou menos próximos. (Maranhão, 2012, p.8).

De fato, o fanzine surgiu entre fãs de ficção científica, porém, por ser de fácil acesso, logo atraiu o interesse de vários grupos que se apropriaram desta ferramenta que tem a capacidade de difundir ideias, sonhos, anseios e conhecimentos (Amaral, 2018). Desta forma, os zines, “termo mais usual na contemporaneidade, não só devido à flexibilização temática que abriga, mas também à tendência à

economia linguística” (De Paula e Milesk, 2020, p,559), após sua criação nos Estados Unidos expandiram-se mundo afora tornando-se uma forma de expressão não somente artística, mas também como fonte de informação e conhecimento.

Existe uma divergência entre os autores sobre qual seria o primeiro exemplar de fanzine publicado no Brasil. De acordo com Maranhão (2012) o fanzine chegou ao Brasil apenas em setembro de 1965, em São Paulo, com a publicação de O Cobra (Figura 13), na I Convenção Brasileira de Ficção Científica, sendo este o primeiro exemplar de fanzine no Brasil, pois somente no mês de outubro do mesmo ano houve a publicação do “Ficção” (Figura 14) que muitos autores, assim como Edgar Guimarães tido como o principal autor sobre o assunto no Brasil, consideram como sendo o primeiro fanzine nacional. Criado por Edson Rontani, que era colecionador de revistas em quadrinhos, porém, em seu primeiro exemplar coloca vários textos informativos, assim distanciando-se das revistas em quadrinhos publicadas no Brasil desde 1905. (Guimarães, 2020).

Figura 13 – fanzine O cobra



Fonte: <https://universohq.com/universo-paralelo/ha-50-anos-uma-breve-historia-do-primeiro-fanzine-brasileiro/>

Figura14 – O Fanzine Ficção



Fonte: <<https://universohq.com/universo-paralelo/ha-50-anos-uma-breve-historia-do-primeiro-fanzine-brasileiro/>>

No Brasil, a denominação fanzine começou a ser usada somente a partir da década de 1970, até então as publicações recebiam o nome de boletim. De acordo com Pinto (2020) a partir desta década os fanzines se tornaram bastante populares no Brasil e no mundo, por conta da expansão do movimento punk e pela popularização das máquinas fotocopadoras.

De acordo com Guimarães (2020), durante toda a década de 1970 e até meados de década de 1980, houve o apogeu dos fanzines com uma grande expansão e o surgimento de diversos títulos como, por exemplo, Opar Boletim lançado em 1978 por Luiz Antônio Sampaio, O Lobinho de 1980 produzido por Raul Veiga e muitos outros que surgiram até a metade da década de 1980, quando a produção de fanzine entrou em queda no Brasil, causada principalmente pela crise econômica, quando muitos editores não puderam manter mais as suas publicações.

Na década de 1990, a produção de fanzine voltou a ficar acentuada e houve uma grande diversificação de assuntos abordados deixando de ser apenas voltado ao entretenimento e se tornando cada

vez mais um instrumento de autocrítica e reflexão. Outro fato que contribuiu para essa mudança foi a compreensão da necessidade de se ampliar o público leitor com publicações mais sofisticadas (Guimarães, 2020).

Atualmente os fanzines vêm ganhando cada vez mais espaço com novas versões e gêneros, sendo inclusive muito utilizado como recurso em sala de aula. Como relata Pinto (2020), muitos educadores têm se convencido do potencial dos fanzines por serem uma publicação autoral, de baixo custo, auto editada e onde o autor pode se expressar de forma livre, podendo elevar a autoestima dos alunos e, principalmente, serem usados de maneira a favorecer a aprendizagem, por serem um estímulo à criatividade e ao protagonismo e por poderem ser trabalhados em qualquer componente curricular.

2.6 O FANZINE EM UMA ESCOLA NA PRISÃO

As dificuldades enfrentadas por professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos para alunos privados de liberdade, como falta de estrutura nas escolas, falta de material pedagógico, dificuldade da entrada de materiais didáticos, devido à grande desconfiança por parte dos agentes penitenciários, leva a morosidade no processo de liberação de materiais utilizados em sala de aula ou até mesmo a sua proibição. Mediante a essas questões, os professores são desafiados, de acordo com De Gusmão Silveira e Spessato (2021, p.3), a utilizar “metodologias diferenciadas, principalmente as que colocam os estudantes como protagonistas”. O fanzine é um recurso didático que pode ser muito facilmente utilizado por professores que atuam em escolas dentro de Unidades Prisionais, pois é produzido com materiais simples, como descreve Pinto (2020), como imagens e figuras recortadas de revistas, jornais, textos manuscritos e colados em papel sulfite e depois reproduzidos em fotocopiadoras, materiais muitas

vezes já presentes na escola, além de ser um recurso que estimula a criatividade, a criticidade e o protagonismo por parte do aluno, principalmente por ser um trabalho artesanal que além de permitir a exposição das vivências pessoais sendo um “rico processo psíquico que se dá ao colocarem as ‘mãos na massa’, já que o trabalho também pede bastante intervenção manual” (Neto; Andraus , 2010, p. 41).

A produção do fanzine também promove uma troca de experiências em sala de aula e desenvolve uma parceria entre os alunos, no que tange habilidades inerentes a produção do material, pois aquele que possui habilidade de desenho interage com o outro que possui habilidade de escrita, fazendo com todos os alunos participem do processo criativo (Pinto, 2020). O autor também afirma que: “A autoralidade é uma questão muito importante no sentido que o indivíduo através da confecção de um fanzine torna-se o autor de sua obra e amplia sua expressão individual, indo no caminho inverso aos padrões criados pela sociedade industrial” (Pinto, 2020, p.15).

Hoje, já podemos encontrar na literatura trabalhos que demonstram como a relação entre a educação e a utilização dos fanzines como recurso didático pode ser eficaz para o processo de ensino e aprendizagem pela ampla utilização em vários níveis de ensino e em diferentes disciplinas. Em seu trabalho, Pereira (2016) relata o uso do Fanzine em sala de aula:

Foi possível observar que o uso dos fanzines em sala de aula reforça características como o diálogo e a troca de experiências, tanto entre alunos quanto na relação aluno-professor. O resultado que acabou envolvendo a quase totalidade dos alunos comprova inicialmente que a aplicação de formas alternativas de desenvolvimento de conteúdos pode dinamizar o processo de aprendizagem. (Pereira, 2016, p. 156).

De Paula e Milesk (2020) também expõem a experiência com fanzine em sala de aula:

Nas leituras e nas produções realizadas com as atividades de intervenção, colocamos em cena diversos gêneros discursivos e, por meio deles múltiplos conteúdos, diversos registros linguísticos e variadas culturas, o que possibilitou o convívio com pluralidade identitária, com suas vozes e posicionamentos variados contemplados. Esse caldeirão heterogêneo instaurou a riqueza da diversidade da vida e da sala de aula, bem como a pluralidade e a integração transversal de conhecimentos. (De Paula; Milesk, 2020, p. 594).

Desta forma, o fanzine se apresenta como um recurso extremamente valioso para aquele professor que gosta de planejar suas aulas criativas estimulando a motivação, transformando o processo ensino-aprendizagem mais interessante e eficiente para o aluno. É inegável que o fanzine seja um recurso didático que aponta para várias possibilidades de exploração em sala de aula. Muitos professores têm se esforçado no uso de diferentes recursos didáticos. Um desses esforços que se tem observado na atualidade é o uso de fanzines em diversas disciplinas escolares (Maranhão, 2012).

3.0 METODOLOGIA

3.1 CONSTRUÇÃO COLETIVA

Nossa pesquisa tem interesse em conhecer o impacto do ensino produzido nos alunos privados de liberdade, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, objetivando auxiliar no processo de aprendizagem em relação aos temas relacionados ao Ensino de Ciências. O viés escolhido foi o qualitativo que, segundo Minayo (2011), está relacionado às questões particulares, como aspirações, crenças e valores não sujeitos a quantificações. Ainda segundo Minayo, a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois se debruça por sobre um nível de realidade que trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Desta feita, ainda segundo Minayo, o conjunto de fenômenos humanos entendido como parte da realidade social é distinto não só pelo agir em si, mas pelo ato de pensar sobre o que se faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. Por este raciocínio, conclui a autora mencionada, o universo da produção humana pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade; porém, dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos, ocupando, portanto, um lugar auxiliar e exploratório, sendo subjetivas e impressionistas (Minayo, 2012).

Em busca de diálogo com Minayo, a técnica de abordagem desta pesquisa acadêmica será a observação participante, por entendermos que a pesquisadora faz parte de toda dinâmica a ser observada e estará em constante interação com os sujeitos da pesquisa. O pesquisador é, nesse processo, o instrumento mais qualificado para levantar os dados, a partir do bom uso dos seus sentidos (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 2002)

O trabalho de pesquisa foi realizado em dois momentos: o primeiro, com a realização de uma abordagem diagnóstica junto aos alunos, visando avaliar o nível de envolvimento e conhecimento de cada um em relação ao fanzine e aos conteúdos abordados. Desta forma, foi iniciada uma roda de conversa, de 40 minutos durante quatro aulas consecutivas. Segundo Afonso e Abade (2008), a roda de conversa visa estimular a participação de todos e pode ser utilizada em diversos ambientes, pois estimula a reflexão sobre um determinado conteúdo. Os encontros promovidos foram muito importantes para os alunos se posicionarem em relação aos conteúdos e uma oportunidade para conhecerem a linguagem do fanzine, esse conhecimento foi um elemento facilitador na realização da Oficina de Fanzine.

Para este momento, foram selecionadas 3 turmas, pertencentes a Unidade Prisional Gabriel Ferreira Castilho, Bangu 3. Duas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, AF 104 e AF 301, equivalente ao sexto e oitavo ano do Ensino Fundamental regular e a outra do NEJA IV, equivalente ao terceiro ano do Ensino Médio, todas as turmas bem pequenas, com apenas cinco alunos cada, com idade média de 30 anos.

A roda de conversa, como já dito, teve o objetivo de identificar quais assuntos eram relevantes para os alunos, que aguçassem a sua curiosidade, ou que remetesse a algum interesse relacionado ao cotidiano do sistema prisional. Foram apresentados pelos alunos alguns assuntos, em sua maioria relacionados a doenças que são prevalentes dentro do sistema prisional e que acometem com frequência a população carcerária, não sendo diferente com muitos dos alunos e seus colegas de cela como: Diabetes, Hipertensão, Pneumonia, Tuberculose e Tabagismo.

Os temas sugeridos pelos alunos foram coletados através de diário de bordo. Segundo Dias (2021)

...o instrumento de metodologia científica, Diário de Bordo, tem sido utilizado como uma "estratégia pedagógica", que consiste

no registro de cunho pessoal das/os professoras/es e estudantes das suas atividades desenvolvidas em aulas. (Dias, 2021, p. 22)

Em seu estudo sobre questões ambientais Souza e Deccache-Maia (2020) apontam o diário de bordo como uma boa opção de registro e coleta de dados na pesquisa. Para os autores, o diário de bordo oportuniza o registro detalhado dos aspectos interpretativos do agir humano. Sendo assim, utilizei o Diário de bordo, anotando todas as atividades realizadas nos encontros, assim como falas, dúvidas e sugestões dadas pelos alunos.

O segundo momento, ocorrido na aula seguinte, foi a realização da oficina para a escolha do assunto a ser desenvolvido. A primeira turma a desenvolver o fanzine foi a AF 301 que escolheu o tema “tabagismo” por considerarem uma questão preocupante. Segundo eles, a maioria dos companheiros de cela fumam ou começaram a fumar depois de presos. Foi escolhido também o material a ser utilizado e a forma como seria abordado.

A turma AF 301 é bem pequena, possui apenas 5 alunos, sendo assim, formou-se um único grupo e sentados em círculo pesquisaram sobre o assunto escolhido em revistas científicas, livros didáticos e jornais, e a partir dessa pesquisa puderam montar o capítulo do fanzine de maneira que os outros alunos e colegas de celas, que não frequentam a escola, pudessem utilizar esse material como fonte de informação. Ressaltamos que toda a elaboração do processo foi concebida com a participação de todos os alunos, seja na escolha do nome do fanzine e na produção do material.

A partir da escolha do assunto, foi elaborado um plano de aula, utilizando a estratégia de aula expositiva dialogada. Segundo Anastasiou (2007)

A aula expositiva dialogada é uma estratégia que vem sendo proposta para superar a tradicional palestra docente. Há

grandes diferenças entre elas, sendo a principal a participação do estudante, que terá suas observações consideradas, analisadas, respeitadas, independentemente da procedência e da pertinência delas, em relação ao assunto tratado. (Anastasiou, 2007, p.79).

Por considerar uma forma de valorizar o protagonismo e as vivências e realidade dos alunos, a aula expositiva dialogada focou no tema tabagismo, considerado um grande problema dentro da Unidade Prisional, como já sinalizado. De acordo com o relatado por eles, muitos começaram com o vício dentro da cadeia.

Como visto, tabagismo é uma realidade que atinge um grande número de alunos e detentos da unidade e o objetivo da elaboração do Fanzine foi atender não somente os alunos, mas também os detentos que não frequentam a escola. Acreditávamos que os alunos poderiam exercer o papel de divulgadores do fanzine e de informações científicas que os levassem a refletir sobre o hábito de fumar.

Após a escolha do primeiro tema a ser abordado, discutimos sobre o funcionamento e estrutura do sistema respiratório humano e selecionei um documentário – “Um outro mundo – Histórias de pessoas que venceram o tabagismo” – que foi exibido utilizando Data Show. Para iniciar nossa discussão sobre o assunto, os alunos relataram suas experiências com o uso de cigarros, informando que muitos iniciaram o vício dentro do sistema prisional, como já mencionado.

Além do documentário, os alunos tiveram acesso a revistas científicas e de cunho informativo, jornais e livros didáticos que foram selecionadas e levadas para a escola de acordo com os temas escolhidos pelos alunos, como tabagismo, diabetes e hipertensão arterial, a fim de ampliar o conhecimento acerca do assunto. Assim, sendo, propomos um planejamento de aula descrito abaixo:

Tabela- 3 – Planejamento de aula

Componente Curricular	Série	Carga horária prevista
Ciências da Natureza	3ª série dos Anos Finais do Ensino Fundamental	18 aulas de 40 min cada
Delimitação temática		
Eixo temático: Vida e Evolução		
Objetos de conhecimento: Sistema respiratório e Tabagismo: a doença, as consequências para a saúde e a elaboração do capítulo.		
Estratégias de Aprendizagens		
1º passo: Aula expositiva e dialogada que tem como objetivo levantar discussões sobre seus conhecimentos e vivências levando a questionamentos e reflexões acerca do assunto.		
2º passo: Oficina- Confeção do primeiro capítulo do fanzine, que leve a compreensão acerca do assunto.		
Recursos: Data Show, revistas, jornais, livros didáticos, papel A4, tesoura (sem ponta) cola, lápis de cor, canetinhas.		
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Relacionar os hábitos do uso do cigarro com doenças respiratórias. •Listar as consequências do cigarro no organismo dos fumantes passivos. •Promover campanhas internas (no presídio) através dos fanzines que apresentem as consequências do cigarro no organismo dos seres humanos. •Discutir sobre a legislação que proíbe o uso de cigarros em locais públicos e fechados e a contribuição das mesmas para a diminuição do número de fumantes. 		
Avaliação: Os alunos foram avaliados por meio da participação, atitude e comprometimento e organização durante as atividades, assim como a capacidade de argumentação, criatividade e organização das ideias na elaboração do capítulo.		
1º Encontro: Equivalente a 4 aulas- Sistema respiratório humano, suas estruturas e funcionamento.		
2º Encontro: Equivalente a 2 aulas – Discussão sobre os males causados pelo cigarro.		
3º Encontro: Equivalente a 4 aulas – Apresentação do documentário “Um outro mundo – Histórias de pessoas que venceram o tabagismo.”		
4º Encontro: Equivalente a 2 aulas – Discussão sobre o tabagismo no sistema prisional e formas de prevenção.		

5º Encontro: Equivalente a 4 aulas -Escolha dos materiais a serem utilizados e desenvolvimento do texto.

6º Encontro: Equivalente a 2 aulas – Confecção do capítulo.

O conteúdo prático desenvolvido pelos alunos, como resultado de nossas aulas teóricas, é apresentado a seguir no capítulo sobre os resultados. Esse momento prático é a expressão mais profunda do processo ensino-aprendizagem, pois demonstra a habilidade de cada aluno em associar o teórico com prático. Assim sendo, o Ensino de Ciências abordou princípios científicos gerais e também aplicações de maneira que os conceitos e teorias se integrem aos valores do sistema de desenvolvimento, como instrumentos que nos ajudem a compreender o mundo em que vivemos para orientar as nossas ações a nível individual e social. Foi possível verificar as expectativas dos alunos, sempre comparando o que foi diferente na aplicação do conteúdo programático do passado e do presente em sala de aula. Mediante toda a precariedade de conhecimento dos alunos, ainda assim foi possível relatar sobre a importância das aulas práticas experimentais para o ensino de Ciências na inserção do método em debate.

Após muita pesquisa, pode-se entender que a experimentação durante as aulas não serve apenas para despertar o interesse em Ciência nos alunos, mas para tornar mais compreensíveis os conteúdos abordados na teoria. Logo, a prática vinculada à teoria faz muita diferença para uma aula contextualizada, onde os alunos possam perceber a importância dos conteúdos abordados no ensino de Ciências, além de oferecer-lhes maior clareza para que possam realmente interpretar ou fazer parte do estudo em questão. A necessidade da experimentação durante as aulas como instrumento de ensino é visível hoje, pois o estímulo e o interesse dos alunos se torna muito maior, já que eles conseguem visualizar o conteúdo de uma

forma diferente; ou seja, passam a analisar determinadas questões como se fossem parte disso. Portanto, a prática experimental tem um papel mais amplo do que o esperado, pois desenvolve maior interesse nos alunos, além de despertar competências que não apareciam nas aulas teóricas, por exemplo.

Divergências sobre a natureza da ciência oferecem diferentes interpretações e estilos de condução de atividades experimentais. Muito se tem discutido sobre a relevância das atividades experimentais integradas no contexto escolar, sejam elas realizadas pelo professor ou pelos alunos. A forma e os meios como são aplicados, bem como o papel que desempenham na sala de aula. Estes fatos despertaram-nos para as implicações que isso acarreta relativamente aos conceitos do laboratório didático, especialmente em Ciências.

4 RESULTADOS

4.1 POLITICA DA BOA VIZINHANÇA

O Estado do Rio de Janeiro oferece acesso à educação básica através de um convênio entre a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP e a Secretaria de Estado e Educação- SEEDUC, que prevê a implantação de unidades escolares nas prisões pela rede estadual. Em relação ao funcionamento das escolas localizadas em unidades prisionais, estas possuem total autonomia administrativa, porém no que se refere às atividades pedagógicas a escola depende da direção da unidade prisional (Julião, 2014). A maioria das atividades pedagógicas necessitam do aval do Diretor da Unidade Prisional, ou seja, do que ele considera que não colocará em risco a segurança da unidade. Para que o professor utilize um filme em suas aulas, por exemplo, o diretor da unidade prisional deve assistir e avaliar o conteúdo do filme, liberando ou não sua exibição, o que muitas vezes não acontece ou pode levar semanas. Um outro problema é a rotatividade da direção das unidades prisionais, a maioria dos diretores de presídios permanecem cerca de um ano em cada unidade prisional, sendo essa prática justificada como medida de segurança pela SEAP, o que dificulta um bom desenvolvimento do relacionamento entre o diretor da escola e o diretor a unidade prisional, situação que se agrava quando o diretor da unidade prisional não é a favor da escola na prisão.

Muitos consideram que a educação não é um direito e sim um privilégio o qual os detentos não deveriam ter, e que a escola não é lugar para bandido. São poucos os diretores das unidades prisionais que apoiam a escola, o que torna a atuação da sua equipe diretiva um desafio, envolvendo no seu dia a dia habilidades para lidar com resistências, requerendo um grande “jogo de cintura” para que a escola funcione da maneira como deveria, realizando todos os projetos

pedagógicos previstos e, até mesmo, ofertando a merenda escolar, alvo também de questionamento.

Uma das etapas da pesquisa previa entrevista com alguns professores que lecionam no C.E. Professor Carlos da Costa, localizado no Presídio Gabriel Ferreira Castilho, conhecido como Bangu 3, presídio de segurança máxima. As entrevistas foram realizadas durante a espera diária para a liberação da entrada na "escola". Frequentemente os professores e equipe diretiva da instituição de ensino ficam aguardando a liberação de sua entrada prevista para ocorrer às oito horas da manhã, porém os professores ficam na parte de fora da portaria da unidade pelo menos uma hora esperando serem chamados para a revista e liberação para entrada na escola. Portanto, durante essa espera aproveitei a oportunidade para entrevistar alguns professores que relataram suas experiências em escolas prisionais, suas motivações e o convívio com os agentes penitenciários, que foram gravadas e posteriormente anotadas como suporte da pesquisa de campo.

Alguns desses professores lecionam há mais de 10 anos em escolas do sistema prisional e relatam que, apesar da relação atual com os agentes penitenciários não ser a ideal, essa relação já foi muito mais desafiadora para os professores, como pode ser visto na descrição do professor de educação Física, transcrita a seguir:

Há cerca de 12 anos o convívio era bem complicado, bem pior. Hoje ainda temos alguns problemas na portaria, com alguns agentes de turma, na inspetoria e até com alguns diretores da unidade que não abraçam a escola, os trabalhos que a escola tenta implantar, mas também já tivemos direções muito boas como a última que tivemos, quando a escola conseguiu realizar projetos o que era muito difícil acontecer. Uma pena é que os diretores não ficam muito tempo, são substituídos com no máximo um ano, o que dificulta a relação de confiança entre a escola e a unidade prisional.

(Professor 1 – Educação Física)

Em seu trabalho de pesquisa, Julião (2013) afirma que a maioria dos professores acredita que a maior dificuldade em lecionar em uma escola prisional é o tratamento recebido pelos agentes penitenciários, sendo tratados com desrespeito, desprezo e desconfiança pela maioria dos agentes. Mesmo sendo tratados de maneira desrespeitosa, muitos professores lidam com a situação da melhor maneira possível, por entenderem que esse comportamento por vezes é justificável por conta das responsabilidades inerentes à função dos agentes, posição que pode ser comprovada nas falas que se seguem

Eu acho que é um convívio profissional, não há uma parceria, em alguns momentos são ríspidos, grossos mesmo, mas entendo que é o papel deles. E já aconteceu de alguns professores cometerem algumas falhas e delitos em relação à segurança, entrando com material e objetos não permitidos. Comigo já aconteceu um atrito com os agentes da portaria. Um dia eu já estando na escola tive de sair, ir ao carro pegar um documento que havia esquecido, e voltei rapidamente, e então o agente me chamou atenção e depois disso fez uma piada com o seu colega dizendo que nós professores queremos levar o preso pra casa, não gostei da piada e falei que eu era servidor público assim como ele e estava ali fazendo meu trabalho.”

(Professor 2 – Matemática)

É uma relação muito conflituosa, principalmente na portaria, ainda ouvimos muitas coisas desnecessárias, tipo por que da merenda? Por que trabalhar ali? Por que não vai trabalhar na rua? Por que dá aula pra bandido? Está ajudando bandido. É sempre uma piadinha desnecessária, sendo que estamos ali fazendo nosso trabalho, é lei, é direito, e isso é difícil entrar na cabeça de alguns, mas a gente tenta sempre conversar para evitar conflito.

(Professor 3 – Educação Física)

Alguns se referem aos professores como “babá de preso”. Ouvimos de muitos agentes penitenciários que “na rua não queriam estudar e agora querem estudar dentro da cadeia?” Ficando claro o incômodo que sentem em relação à escola na unidade prisional.

Desde que ingressei em escola do sistema prisional em 2017, na hora da entrada e saída, eu noto de alguns agentes, não posso generalizar, pois as generalizações são sempre erros, uma má vontade dos agentes. As vezes eles tratam os professores, inclusive eu mesma, com muita rispidez, eu percebo que alguns agentes não gostam da escola dentro das unidades prisionais. Essa é a percepção que tenho agora, pode ser que mude de opinião com o tempo. Alguns poucos agentes nos tratam com educação e respeito, porém a maioria age como se tivessem ali obrigados e que a gente estivesse pedindo um favor muito grande a eles. Eu nunca passei por uma situação tão grave, algumas vezes, foram algumas grosserias, respostas bem ríspidas, grossas e sem noção. São mais relatos que ouço, por exemplo essa semana eu presenciei um colega sendo impedido de entrar, porque o agente simplesmente implicou, segundo o agente o nome dele não constava em uma tal lista, mas o professor trabalha na unidade a muito tempo, ou seja, um arrumando uma confusão desnecessária. E com a própria coordenação da escola, eles sempre implicam com a entrada do pão, mesmo sabendo que a entrada do pão é liberada, eles não gostam muito, por que acham que não tem que levar pão pra escola, enfim coisas desse tipo, uma implicância, uma certa necessidade de dificultar o trabalho das pessoas que estão na escola. Dificultam da forma que eles podem.

(Professora 4- Geografia)

É bem verdade, que com o passar do tempo podemos perceber uma sutil mudança de comportamento dos agentes penitenciários que atuam nas galerias, muitos tem se comportado de forma mais gentil em relação ao trato com os professores.

Inicialmente essa relação entre os agentes da portaria e os professores era bem complicada, sempre havia problemas, eram ríspidos conosco, as vezes agiam e nos tratavam com um certo desdém, pelo fato de darmos aula para os apenados, uma certa vez cheguei a falar que eu era servidora pública assim como ele, que ele era servidor da SEAP e eu da SEEDUC e que eu estava cumprindo meu papel de professora e estava na constituição, que é direito do apenado e obrigação do Estado ofertar educação aos privados de liberdade. Hoje essa relação está um pouco melhor, ainda com problemas, mas bem melhor do que era.

(Professora 5 – História)

Como o espaço físico da instituição prisional de ensino é limitante em todos os sentidos, impossibilitando o cumprimento de uma proposta pedagógica mais eficaz, de maneira que as questões mais adversas do cotidiano nas prisões também determinam o ritmo da escola. Perante uma possível ameaça de conflito interno ou qualquer sensação de instabilidade na segurança prisional, as aulas são suspensas e os professores são muitas vezes dispensados das suas atividades letivas. Nesse sentido, embora as escolas localizadas em ambiente prisional sejam obrigadas, em geral, a seguir todos os procedimentos previstos para as escolas de educação de jovens e adultos, o ano letivo e a carga letiva não conseguem acompanhar os de uma escola extramuros. A gestão da escola intramuros, embora independente e autônoma da gestão da unidade penal, também depende, na prática, da gestão da unidade penitenciária. A unidade escolar costuma se adaptar administrativa e politicamente às mudanças na gestão da unidade penitenciária; porém, enquanto não houver uma proposta político-pedagógica, que responda à realidade do

sistema penitenciário, especialmente com profissionais selecionados exclusivamente para atuar nessas escolas e programas e projetos educacionais, será muito difícil pensar em uma organização pedagógica e administrativa distinta. Professores que trabalham em escolas prisionais, na maioria das experiências desenvolvidas, não foram capacitados para atuar no sistema prisional.

A preparação mínima, anterior à sua inserção no sistema, refere-se apenas às medidas de segurança, de postura e de atuação pessoal para aquele ambiente, e não com referência às especificidades de currículos, disciplinas, matérias ou conteúdos a serem administrados para aquele meio. (Magalhães, 2021, p.59)

São profissionais licenciados que, por diversos motivos, acabam vivenciando a experiência educativa nos presídios. Muitos deles, durante a formação docente, foram capacitados para atuar em salas de aula com crianças e adolescentes. Nem sequer têm experiência de formação e/ou trabalho anterior com jovens e adultos. São poucas as experiências em que os professores passaram por algum tipo de processo de formação inicial e continuada para atuar em escolas prisionais. Por isso, é comum observarmos experiências com propostas pedagógicas infantis muitas vezes inadequadas para escolas prisionais. Ao não reconhecer o papel histórico da educação na política de execução penal, incluindo a perspectiva tradicional que considera a educação como fundamental no tratamento penitenciário, é muito comum que tanto os professores como os demais profissionais que atuam na política de execução penal, sem qualquer justificativa, admitam que os profissionais da área da educação não integram a equipe de agentes de execução penal. No caso dos professores, por exemplo, é muito comum que defendam um discurso, recorrente entre alguns profissionais da área de educação de jovens e adultos, que assumem seu trabalho educativo com uma visão mais assistencialista e missionária, reduzindo a política educacional em prisões de uma perspectiva assistencial e filantrópica. Assim como afirmam Carvalho,

Santos, Maldonado (2020) para tornar a educação carcerária mais humanizada e consciente, é essencial reconhecer as particularidades de um ensino voltado para a reintegração social. Dessa forma, o trabalho desenvolvido não se restringe à transmissão de conhecimento, mas também envolve a reinvenção e o empoderamento dos alunos. Sem reconhecer o trabalho técnico do educador, muitos dos agentes penitenciários defendem, por exemplo, que sua atuação profissional proporciona perspectivas diferentes das de outros profissionais que atuam no campo penitenciário. É muito comum reduzir a discussão afirmando que outros profissionais trabalham na perspectiva da manutenção da segurança e da privação de liberdade e que o educador, ao contrário, na perspectiva da liberdade. Os profissionais que atuam no sistema prisional, principalmente os agentes de segurança, também não costumam reconhecer o profissional da educação como integrante da equipe de execução criminal. O seu principal problema é que os educadores não fazem parte do quadro profissional do órgão responsável pela gestão da execução penal, mas do órgão responsável pela política educativa nacional ou regional. Assim sendo, gera-se uma verdadeira ruptura na relação profissional, causando muitas vezes problemas no relacionamento institucional, já que é muito comum ouvir dos professores que os agentes penitenciários responsáveis pela segurança das unidades comprometem o seu trabalho educativo, restringindo as propostas pedagógicas e o uso de determinados materiais didáticos. Por outro lado, os agentes de segurança questionam os professores, afirmando que muitas de suas atitudes no ambiente penitenciário fragilizam a segurança do sistema penitenciário. Neste jogo de gato e rato, a questão não está exatamente no sentido do trabalho realizado pelo educador e pelos demais profissionais que atuam no sistema prisional, especialmente o agente penitenciário, responsável pela segurança da unidade prisional. Ambos, reconhecendo as especificidades das suas funções na política de execução penal, devem

lutar por uma política que, independentemente, vise a garantir os direitos dos presos, visando a sua reintegração na sociedade livre. Portanto, é inaceitável que em determinadas situações alguns profissionais da educação não entendam que o seu trabalho é realizado em ambiente de segurança pública com estudantes que foram privados de liberdade pela prática de crime. Este debate reforça a ideia de que as instituições de ensino estão – por acaso – em prisões ou pertencem às instituições prisionais? Numa análise superficial, muitos argumentarão que as escolas são apenas prisões. Contudo, em linhas gerais, acabam assumindo que não é necessária a atuação especializada e o desenvolvimento de uma proposta político-pedagógica, que reconheça efetivamente a condição de privação de liberdade de seus alunos. Por outro lado, quando se avalia que o trabalho educativo não tem como proposta o desenvolvimento de atitudes éticas sociais, que melhorem a atuação consciente de seus alunos no ambiente prisional e na sociedade livre, passam a defender a necessidade de especialização da proposta pedagógica e da atuação educativa no ambiente prisional, reconhecendo que a escola na prisão está inserida realmente em um ambiente de segurança pública.

Até que se avance na discussão coletiva com os agentes de execução penal que leve em consideração as disposições da legislação nacional quanto à atenção individualizada aos presos, será muito difícil produzir Projetos Políticos Educacionais (PPE), que permitam uma identidade para as escolas localizadas nas prisões. No Plano Nacional de Educação (2014-2024), no que diz respeito aos profissionais docentes, é garantido o acesso a programas de formação inicial e continuada de modo que os professores sejam devidamente qualificados e remunerados de acordo com as especificidades da função que atuam. Infelizmente, na prática, não abrange o ensino prisional e, embora existam escolas de gestão penitenciária em todos os estados da federação, com recursos destinados à formação dos profissionais

que atuam no sistema penitenciário, pouco se é efetivado para aqueles que atuam como docente no sistema carcerário.

As portarias das unidades são um problema a parte, pois não estão vinculadas a diretoria da unidade prisional, respondem diretamente à coordenação da Seap, sendo chamada de portaria unificada, e os agentes cumprem o plantão apenas nas portarias e não têm contato com os internos e se revezam em todas as unidades prisionais do Complexo de Gericinó. A maioria desses agentes tem um tratamento ríspido com os professores durante a entrada na unidade prisional, dificultando até mesmo a entrada de livros, situação muitas vezes questionada pelos agentes na portaria da unidade.

Eu presenciei um conflito entre uma professora e um agente, quando estávamos chegando para trabalhar eu e outros professores, no local onde as bolsas são revistadas e acautelamos celulares e pendrive, todos percebemos, mas não comentamos que ambiente estava bem sujo, malcheiroso, porém uma professora reclamou da sujeira do ambiente, repetindo algumas vezes. O agente entrou e voltou com uma garrafa jogando um líquido no chão, dizendo que agora não vai feder mais. Nisso, enquanto estávamos assinando no caderno de entrada da escola, alguém olhou para calça da professora e viu que estava toda manchada e entendemos que o líquido era água sanitária. Ela falou olha o que o você fez... e o agente respondeu, vocês estavam reclamando que estava cheirando mal, agora não está mais. Ficou um mal-estar, e o Diretor da escola foi com ela na administração da SEAP para fazer uma reclamação oficial do agente e ele, o agente, foi chamado atenção e se comprometeu a pagar uma calça nova para professora. O agente já havia apresentado problemas com professores, tinha histórico de problemas na portaria, e agiu dessa forma explosiva.

(Professor 6- História)

As falas dos docentes aqui trazidas demonstram que lecionar em uma escola localizada em uma unidade prisional é um desafio diário, pois que, para além do difícil relacionamento com a direção da unidade prisional, ainda enfrentam a resistência de alguns agentes penitenciários. Essa narrativa dos professores é corroborada por Diorio (2017) que destaca a relação pouco amistosa entre os professores e os agentes penitenciários. A escola enfrenta uma relação conturbada com os agentes penitenciários, em especial os que trabalham na portaria. Muitos professores relatam que relevam o tratamento desrespeitoso para poder trabalhar, deixando claro que apesar de a escola funcionar dentro da unidade prisional, a maioria dos agentes da SEAP ou mesmo diretores da Unidade Prisional não reconhecem a autonomia e a importância da escola.

Mesmo diante de tantas adversidades, grande parte dos professores relatam que decidiram trabalhar em uma escola prisional por acreditarem na ressocialização dos indivíduos privados de liberdade e que a educação tem um papel significativo na socialização e a integração do indivíduo no convívio social. De modo geral, a proposta pedagógica está voltada para a formação de profissionais das áreas técnicas, de gestão e de segurança do sistema penitenciário e não para as equipes pedagógicas das escolas intramuros. Enfim, em alguns estados da federação, O Decreto nº 25826, institui uma remuneração especial para professores que atuam em ambientes prisionais, e a gratificação pelo trabalho realizado em escolas prisionais inicialmente chegava a 100% do seu salário, no Rio de Janeiro os professores recebem Gratificação de Encargos Especiais (GEE), esta gratificação foi criada com o objetivo de estimular os docentes a atuarem no sistema prisional, porém desde esta data não houve reajuste não sendo mais um atrativo para os professores que atuam na DIESP.

4.2 AS CONTRADIÇÕES DA ESCOLA NA PRISÃO

A maioria dos professores relata que, apesar de a entrada na escola se tornar um desafio, por conta dos problemas enfrentados devido à resistência de alguns agentes penitenciários em relação ao funcionamento da escola dentro de uma Unidade Prisional, o dia a dia na escola é agradável e tranquilo. O relacionamento com os alunos é bastante harmonioso e cordial, apesar dos riscos que existem em lecionar em uma unidade de segurança máxima, como por exemplo a penitenciária Gabriel Castilho, que abriga a liderança de uma das facções mais perigosas do estado do Rio de Janeiro. A fala da professora a seguir nos dá uma dimensão dos problemas enfrentados, reforçando as percepções de Julião (2013, p.127) ao afirmar que “a prisão tem se constituído como local de perpetuação das desigualdades sociais.” Esse ambiente destinado à população carcerária é pouco propício à ressocialização do apenado.

Gosto muito de trabalhar no sistema prisional devido ao bom relacionamento com os alunos, a equipe diretiva em geral é muito boa, mas apesar disso temos o problema de estarmos dentro do presídio, algumas questões eles, a equipe diretiva da escola, não podem resolver, pois são inerentes a outra secretaria, no caso a SEAP, como por exemplo o ambiente insalubre, muitas das vezes no percurso da entrada da unidade prisional até chegar à escola o ambiente não é nada higiênico e a escola é muito fechada com pouca circulação de ar, o que propicia um maior risco de transmissão de doenças.

(Professora 7 - Biologia)

Apesar das escolas localizadas em unidades prisionais apresentarem tantos problemas como os relatados, a maioria dos professores descrevem a satisfação em lecionar nessas unidades, por acreditarem na ressocialização dos indivíduos privados de liberdade, em dar oportunidade através da escola em que muitas vezes nunca havia sido oferecida a eles, quando viviam em liberdade. A escola na prisão disponibiliza, para aqueles que cometeram crimes, a

oportunidade à educação, na intenção de evitar a sua reincidência, de promover sua restauração, socialização e integração do indivíduo ao convívio social.

Diante do exposto, os professores revelam o quanto é prazerosa e tranquila a relação com os alunos, salientando a importância de uma relação respeitosa, enfatizando como se sentem valorizados e admirados pelos alunos, tornando assim, o cotidiano mais leve e agradável, como declara a seguir uma professora de português.

Por mais incrível que pareça, trabalhar em uma escola do sistema prisional me sinto muito mais segura do que em uma escola de rua, pois os alunos respeitam e valorizam a figura do professor, e sinto que de fato ajudo a este aluno a se reconhecer como cidadão e a repensar seu papel na sociedade.

(Professora 8- Português)

Podemos perceber nessas falas que os professores que atuam em escolas prisionais gostam de lecionar para alunos privados de liberdade, pela tranquilidade, segurança, respeito que eles têm com os professores e funcionários da escola. Além disso, percebem mais claramente a importância de estarem contribuindo para a ressocialização, contribuindo na ressignificação da forma desses alunos se enxergarem, conduzindo-os à percepção de si próprios como cidadãos.

4.3 MATERIAL DE BAIXO CUSTO

Nosso trabalho buscou suprir a dificuldade encontrada pelos professores devido à ausência de materiais e recursos pedagógicos, e propomos o uso do fanzine como recurso didático que possa auxiliar no processo de ensino/aprendizagem, pois pode ser utilizado como uma maneira de estimular a criticidade, criatividade do aluno e principalmente a reflexão sobre seu papel na sociedade. Ao

reconhecemos que a educação desenvolvida em contexto de confinamento como parte integrante do sistema educativo, a minha experiência docente representou um espírito de reparação social e política, com base no reconhecimento que se baseou numa proposta de (re)habilitação das pessoas privadas de liberdade como um direito inalienável, que não admite qualquer limitação ou discriminação vinculada à situação de reclusão, à condição processual ou à fase de cumprimento da pena privativa de liberdade, em que se encontram todos e cada um dos detidos na instituição prisional de ensino. Partindo-se deste pressuposto, é possível afirmar que foram desenvolvidos programas e ações de ensino, em seus níveis e modalidades distintos, de maneira que o projeto educativo de inserção do fanzine como recurso didático foi sendo introduzido, passo a passo, nos grupos de detentos.

Desta forma, a relação do binômio corpo docente / corpo discente foi sendo acompanhada de reflexões produzidas pelos diferentes atores envolvidos nestas intervenções, relatórios e análises desenvolvidas, para se reconstituir a educação em contextos de confinamento como parte integrante do sistema educativo estadual. Em torno desta proposição educacional de ordem normativa, cabe explicitar que este processo de validação de conteúdo programático se dá pela confluência de políticas públicas, concebidas como ferramenta de reprodução de conhecimento para além da instituição prisional, rompendo-se com a ideia de que a educação nesses contextos é um privilégio de poucos dentro do tratamento carcerário padrão. No calor destes processos, da sua emergência e intersecções a nível local, surgem as questões que impulsionaram o desenvolvimento da investigação que aqui apresentamos, que se nutre e se inscreve na intersecção de áreas problemáticas, para a introdução do processo educativo pelo viés da arte e da ludicidade em prol do aspecto científico.

No âmbito pessoal, fato a ser destacado vem a ser que, ao investigar o percurso ligado às dimensões que articulam a problemática do trabalho, deparei-me com obstáculos e adversidades propositados, não pela proposta de uma educação que se pauta pela criatividade em contextos de confinamento, mas, sim, por inúmeros fatores que atravancam o processo de aprendizagem, tais como os regulamentos burocráticos e certa indiferença do poder público. Entretanto, focando e debatendo especificamente no âmbito da modalidade educativa de aprisionados, a partir do momento em que decidi centrar-me nas experiências educativas realizadas no referido percurso escolar, com o intuito de contribuir para a sua obrigatoriedade e direitos reproduzidos em Lei, o caráter empírico posto em pesquisa foi constituído por uma relação de reciprocidade intelectual, entre esta docente e pesquisadora e um grupo de estudantes jovens e adultos do sexo masculino que tinham entre 18 e 65 anos na época da realização do trabalho, embora a faixa etária majoritária estivesse entre 25 e 45 anos. Grande parte desses jovens e adultos são moradores de bairros urbano-periféricos pertencentes às aglomerações denominadas favelas, de modo que as suas residências e famílias estão localizadas nos espaços demarcados pelo tráfico de drogas. Quanto ao nível de escolaridade, vale destacar que muitos dos alunos com quem trabalhamos acessaram pela primeira vez o nível secundário de ensino. Outros poucos discentes, uma vez e há muito tempo, iniciaram os estudos sem conseguir terminá-lo, sendo que uma minoria avançou para o segundo ou terceiro ano do ensino secundário. No processo de pesquisa, identificamos como dimensões de análise a descrição das práticas e significados que jovens e adultos constroem ao passar pela escolarização, como parte de suas trajetórias de detenção, bem como a análise das políticas penitenciárias e educacionais, cujos desenvolvimentos, tensões e adaptações nas últimas décadas estão relacionados às condições e possibilidades de acesso precário à escolarização fora dos muros e grades das instituições penais.

Vinculado, também, a certas características que o cumprimento da pena privativa de liberdade tem assumido no contexto fluminense, articulando e condensando diferentes elementos, práticas, dinâmicas e lógicas de interação, com diferentes ancoragens históricas, como parte da elaboração destaca-se a importância de avaliar os diferentes processos sociais, interligando-os pedagogicamente. Em outras palavras, em uma prática de docência que envolve os problemas sócio-estruturais de um país subdesenvolvido, que nós decidimos abordar a partir da elucidação dos processos mencionados, neste ítem do capítulo gostaria de apresentar alguns questionamentos, reflexões e pressupostos de uma pesquisa sobre experiências educativas em instituições prisionais de ensino. Por isto, torna-se necessário que aspectos permanentes de interação são âncoras empíricas dos problemas que surgiram e se transformaram no contexto político-institucional em que foram desenvolvidas. Primeiramente, afirmo que a relação docente-discente foi construída em território de tensão e articulação, com aspectos característicos do sistema penitenciário; e com a minha participação no desenvolvimento de diversas atividades educativas, no âmbito da formação de oficinas em contextos de confinamento. Situação esta que, dado o compromisso que tive e tenho com o espaço social analisado e com os sujeitos com os quais trabalhamos, exigiu desde o início um esforço de autorreflexão e de objetivação permanente. De uma forma ou de outra, nós que passávamos pelo cenário carcerário como atores educacionais externos sabíamos que a confluência nas unidades penais era relacionada com o complexo processo de aplicação de uma política educacional que, desde meados da década anterior, tinha como um dos seus princípios norteadores a ressocialização como porta de uma abertura da prisão à sociedade.

Esta política, inicialmente promovida pelo Estado, se reconhece como um marcante movimento de transformação da realidade

carcerária vigente, taxada como modelo correccional incapacitante, assumindo que a privação da liberdade põe em ação um conjunto de danos irreversíveis aos sujeitos encarcerados. Danos que devem ser reduzidos através de um conjunto de intervenções socializantes que visem aos Direitos Humanos e à saúde física e intelectual por meio da Educação. Finalizando, ao longo desta pesquisa foi possível traçar reformulações e concessões expressas nas práticas institucionais cotidianas, que poderão influenciar as condições de convivência nos espaços educativos das prisões.

A educação em contextos de confinamento punitivo nasceu com uma finalidade ligada à ressocialização dos detentos por ser um dos pilares do tratamento penitenciário. No entanto, podemos defini-lo como um espaço intersticial no qual se implantam lógicas de funcionamento diferentes daquelas que predominam nos demais espaços prisionais, marcadas pela violência, vulnerabilidade e abandono. Inúmeras investigações que ancoram seu trabalho em espaços de ensino fundamental, médio, universitário e em oficinas que compõem o universo da educação não formal intramuro têm demonstrado que, embora seja um direito porque está estabelecida na Constituição, o seu marco regulatório referente à Educação se demonstra que é ainda inacessível para a maioria da população privada de liberdade, composta principalmente por jovens com baixo nível de escolaridade. Assim, o cotidiano dentro dos muros se dá em cenários de superlotação e violação sistemática dos Direitos Humanos; e, com base neste ambiência, as instituições prisionais de ensino não são valorizadas como um grande significado para as pessoas privadas de liberdade. Desta forma, trabalhar com o fanzine como recurso didático e apresentar aos alunos a ideia de uma produção contínua, não apenas em minhas aulas em um processo em que eles escolheriam desde o nome, aos assuntos abordados, trouxe justamente a sensação de valorização e protagonismo pelos alunos.

Neste estudo acadêmico, utilizamos também os postulados da educação e da didática numa perspectiva de abordagem do objeto através daqueles que habitam a escola. Vale ressaltar que nosso acesso ao campo se dá na convergência de diferentes papéis, uma vez que o desenvolvimento das atividades facilita a aproximação cotidiana, não só à observação dos objetos em estudo, mas também à interação com os diferentes atores sociais, envolvidos em suas realidades, preocupações, percursos, significados compartilhados.

No âmbito deste trabalho, realizamos observações participantes, mantivemos um diário de campo, realizamos conversas informais com diferentes atores, incluindo gestores, professores, alunos, funcionários penitenciários e psicólogos. Assim, realizávamos reuniões em seus escritórios, na biblioteca, nos corredores e no pátio da escola, enquanto esperávamos para entrar na unidade penal nos postos de controle e portas de acesso etc. Esse tipo de interações construídas no cotidiano ao transitar e habitar a unidade penitenciária foi o que nos permitiu chegar a um conhecimento mais profundo e completo das relações sociais que ali se criam e dos significados atribuídos às práticas docentes intramuros, que diferem do processo formal de aprendizagem, que irá dialogar com as condições de ensino intramuro em sua precariedade funcional, ainda que possa vir a ser taxado de Primo Rico em relação ao Primo Pobre da educação pública prisional.

Dentro desse contexto, constatamos que o fanzine pode ser um recurso didático muito eficiente, principalmente pelo fato de poder ser produzido com materiais de fácil acesso e de baixíssimo custo e totalmente desenvolvido pelos alunos, que demonstraram no momento em apresentei a ideia do fanzine grandes entusiasmos em poder produzir um revista em que pudessem expressar suas ideias, sentimentos, emoções e ainda abordar assuntos de grande relevância no cotidiano de uma unidade prisional. Andrade (2015, p. 2881) em seu estudo "se debruça sobre experiências transformadoras que

utilizaram o fanzine como ferramenta libertária e de autoconhecimento inseridas no processo educativo”, visto que o pensamento crítico dos sujeitos, acerca dos sentidos de si e da realidade na qual estão inseridos, se iniciará pela livre expressão de seus imaginários, no reconhecimento de que são as “suas coisas” e pelo deslocamento de si mesmos. E assim pode-se afirmar que interações com esse mundo maior se tornam mais abrangentes, partindo-se da expressão de seu acúmulo de experiências empíricas, para então dar lugar à troca, à interação, à socialização com o meio, com o ambiente escolar, com o conteúdo programático e consigo mesmos (Andrade, 2015).

A utilização dos fanzines segundo Pereira (2016, p. 149) é de extrema relevância “porque eles proporcionam a mobilização da capacidade criativa dos alunos na perspectiva de uma atuação social e de uma exibição individual/autoral que muito oferece à construção de uma identidade autônoma”.

Desta forma, podemos perceber que a utilização de material pedagógico de apoio ao professor no processo à educação em ambientes de privação de liberdade, sem dúvida tem um papel de suma importância no processo de ressocialização do apenado, porém ela por si só não é capaz de mudar valores sociais e éticos do detento.

Em pesquisa realizada, Julião (2017, p.128) conclui que não devemos “acreditar, romanticamente, que a educação será a tábua de salvação, e não que, pautando-se em princípios, ela é apenas um dos meios de promover a integração social e a aquisição de conhecimentos”, pois deve ser usada como uma maneira de estimular a reflexão do aluno apenado sobre seu papel na sociedade. Por outro lado, inicialmente tido como uma espécie de benefício de redenção, a formação educacional, de fato, funciona como instrumento criado para incentivar a reintegração social dos indivíduos apenados; entretanto, pela ausência de fatores primordiais para a sua regulamentação – e

sobretudo expansão –, nos presídios, tornou-se um sério problema para a Justiça, já que sentenças mais longas são reduzidas de forma fraudulenta, com a cumplicidade de diretores, funcionários da administração penitenciária e juízes inescrupulosos. Consequentemente, os prisioneiros altamente perigosos recuperam fácil e rapidamente a sua liberdade, o que se constitui como um meio astuto para conseguir a redução da pena e a libertação antecipada. Estes falsos estudantes presidiários afirmam ter participado de todo o tipo de cursos e oficinas para redução das penas; e, para atingir tal objetivo fraudulento, apresentam certificações inusitadas. Neste contexto, inverte-se o papel da Educação, que vem a ser importante ferramenta para a reabilitação do indivíduo aprisionado, por incluir práticas de aprendizagem por meio de uma didática orientada para interações discursivas, participativas, cooperativas e colaborativas. Cabe acrescentar que esta proposição pedagógica de ressocialização de presidiários abarca a incorporação de diversos estágios de ensino, que irão desde o tratamento de temas geradores de aprendizagem ao ensino social e naturalmente significativo de formação contínua, integral e permanente em todas as suas dimensões pedagógicas. Entretanto, o problema prisional centra-se na reintegração social dos privados de liberdade, que alguns dizem não ser facilitada, razão pela qual tendências ainda mais extremas procuram a abolição do ensino prisional, mas atualmente tal resolução nos parece remota e inatingível. Tal como as coisas estão a nível estadual, em nossa forma de apreciar a realidade penitenciária, devemos salientar que existe uma premissa fundamental que deve ser cumprida pela justiça criminal, referindo-se a fazer todo o possível, para minimizar os efeitos do período de confinamento que, para alguns crítico do sistema carcerário, se tornou um mal necessário para a sociedade. Por este raciocínio, se a segurança dos cidadãos depende da retirada dessas pessoas que cometem crimes das ruas, por que não se propor a formação educacional destes indivíduos privados de liberdade, de

modo que a reincorporação destes infratores na sociedade seja ministrada como reparação de uma dívida histórica do Estado para com estas pessoas condenadas que merecem se redimir, e com esforço procuram dedicar o tempo de privação de liberdade a uma atividade produtiva que lhe sirva para ganhar uma subsistência honesta.

Portanto, apesar dos pesares, creio que a prestação de apoio educativo deve ser realizada compulsoriamente pelo Estado, uma vez que há de ser dirigida mesmo a pessoas que resistem ao tratamento prisional, pois há sempre a possibilidade de que o estudo prisional possa levar à sua reabilitação. Por isto, temos a certeza de que vale a pena empreender algumas reformas práticas para restabelecer os estudos penitenciários, dedicando-lhes maior atenção, a fim de que, qualitativamente, os seus retornos também justifiquem este esforço de consolidação da cidadania como direito à dignidade da pessoa humana.

4.4 PRODUÇÃO DOS FANZINES

Durante a oficina e na construção dos Fanzines os alunos puderam desenvolver suas aptidões artísticas como desenho, escrita e expressá-las utilizando temas sobre o ensino de ciências. Desta forma, destacamos a possibilidade de aprender ciências através da arte, e o quanto essa relação pode ser benéfica, como afirma Cachapuz:

“Arte/Ciência pode melhorar a qualidade da educação em ciências oferecida aos alunos e dar uma oportunidade aos professores para irem mais além das rotinas e burocracia a que frequentemente são submetidos nas suas escolas.”
(Cachapuz, 2014, p.10).

Por esta concepção, considera-se importante ampliar o conhecimento sobre a educação no que tange às Ciências e as Artes nos centros penitenciários, uma vez que este contexto acaba por ser uma área que engloba grupos que estão em risco de exclusão e que

necessitam ser reinseridos social e profissionalmente. A nível social, é fundamental que as pessoas reclusas possam usufruir, por um lado, de uma boa educação associativa e multidisciplinar, que as ajude a integrar-se na sociedade depois de completarem a sua permanência no centro de reabilitação penais; e, por outro lado, para que haja a possibilidade de reflexão sobre o motivo pelo qual estão encarcerados; e, portanto, propositar a melhoria do comportamento do indivíduo com o objetivo de não repetir o processo penal.

Logo, a socialização no contexto penitenciário é necessária, pois graças a este trabalho pude me aproximar dessa realidade e conhecer as contribuições e a diversidade das atividades socioeducativas realizadas e as possibilidades que ela oferece. Da mesma forma, tenho tido mais consciência de desenvolver as competências necessárias para poder exercer profissionalmente neste contexto sócio-cultural. Por fim, a abertura à aprendizagem ao longo da vida e o compromisso com a identidade, o desenvolvimento e a ética profissional também possuem competências importantes, que um profissional de educação social deve possuir para desempenhar um bom trabalho em um centro penitenciário.

Desta forma, a utilização dos fanzines mostrou-se uma maneira eficiente de trabalhar os conteúdos de ciências despertando o interesse do aluno, auxiliando o processo de aprendizagem, e estimulando habilidade artística, que muitos alunos tinham vergonha em demonstrá-las, além da troca de informações e ideias, para que, além de elevar a autoestima, desenvolvam seu potencial como fanzineiro.

[...]ouvir ideias diferentes das suas, encorajar os alunos a realizar seus próprios projetos; estimular o questionamento, dando-lhes tempo para pensar e para testarem hipóteses; estimular a curiosidade; criar um ambiente sem pressões, amigável, seguro; usar a crítica com cautela; e buscar descobrir o potencial de cada aluno (Alencar, 2008, p. 297).

Outro ponto importante que corrobora com a utilização dos fanzines como material de fomento ao ensino dos alunos privados de liberdade da EJA é a capacidade de associação dos conhecimentos, não somente os componentes curriculares, ou seja, os conteúdos das disciplinas, mas também os conhecimentos “de vida” afinal, são alunos adultos, todos com histórias e vivências extremamente complexas e, porque não dizer, sofridas. Desta forma, é essencial que haja uma contextualização do conhecimento, assim como afirma Morin (2011) “considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada” (Morin, 2011, p.16).

Durante a produção do material, os alunos foram relatando suas experiências sobre o assunto escolhido, trocando vivências e alguns contaram como viram seus familiares serem acometidos por algumas das doenças ali debatidas. Muitos apresentavam dúvidas e questionamentos, principalmente sobre a forma de prevenção, e demonstravam a preocupação em alertar não somente os colegas de cela, mas em especial seus parentes e amigos sobre o assunto durante a visita semanal.

Percebemos, durante as oficinas de produção do fanzine, que falar sobre conteúdos de ciências utilizando essa estratégia, foi muito mais atrativo para esses alunos privados de liberdade, pois puderam interagir, expor seus sentimentos, histórias de vida e inseguranças, trazendo para o cotidiano assuntos antes vistos com certo distanciamento. Esta abordagem é corroborada pelos autores Deccache-Maia e Messeder (2016) quando afirmam que o Ensino de Ciências deve fazer parte da vida do aluno e não ser apresentado como algo utópico, inalcançável e obscuro.

A utilização deste recurso proporcionou reflexões referentes a necessidade do protagonismo dos alunos em situação de privação de

liberdade, onde pude evidenciar o anseio de ser ouvido, e puderam exercitar a autonomia e o pensamento crítico, através de relatos durante a roda de conversa. As falas abaixo permitem perceber esses aspectos:

“Aqui na escola é um lugar que faz a gente pensar” (Aluno A)

“Além de adquirir conhecimento a gente pode dizer o que pensa”
(Aluno B)

“Tenho curiosidade de saber muita coisa, só tenho aqui na escola pra saber” (Aluno C)

“Aqui eu posso interagir com o grupo e trocar ideias inteligentes”
(Aluno D)

Desta forma, percebemos nas conversas a importância da escola como um lugar onde os alunos podem se expressar, perguntar, trocar ideias e informações de maneira espontânea, pois diferente das Escolas Socioeducativas que abrigam menores infratores que são obrigados a frequentarem a escola, no Sistema Prisional o detento não é obrigado a participar de nenhuma atividade escolar.

Por fim, conforme abordado, a confluência de políticas públicas, o crescimento e a proliferação de instituições de ensino e a produção de conhecimento sobre esses processos colocam em tensão a instituição prisional, rompendo com a ideia de que a educação nesses contextos é um privilégio de poucos dentro do “tratamento prisional”. No calor destes processos, da sua emergência a nível estadual, surgem as questões que impulsionaram o desenvolvimento da pesquisa acadêmica que aqui apresentamos, que se inscreve na intersecção de áreas problemáticas, no tocante aos processos educativos. Um fato a destacar é que encontrei inúmeros estudos que abordam a educação em contextos de confinamento, focando e debatendo especificamente no âmbito da modalidade educativa de jovens e idosos. Como a produção encontrada é menor no ensino secundário, decidi centrar-me

nas minhas próprias experiências realizadas no referido percurso escolar, com o intuito de contribuir para a análise da investigação, que foi constituída por um grupo de homens jovens e adultos do sexo masculino, que frequentaram o ensino secundário na instituição de ensino supracitada que funciona dentro da unidade penal no município do Rio de Janeiro. No processo de pesquisa, identificamos como dimensões de análise a descrição das práticas e significados que jovens e adultos constroem ao passar pela escolarização como parte de suas trajetórias de detenção, bem como a análise das políticas penitenciárias de ordem educacional, cujos desenvolvimentos estão relacionados com as condições e possibilidades de acesso à escolarização.

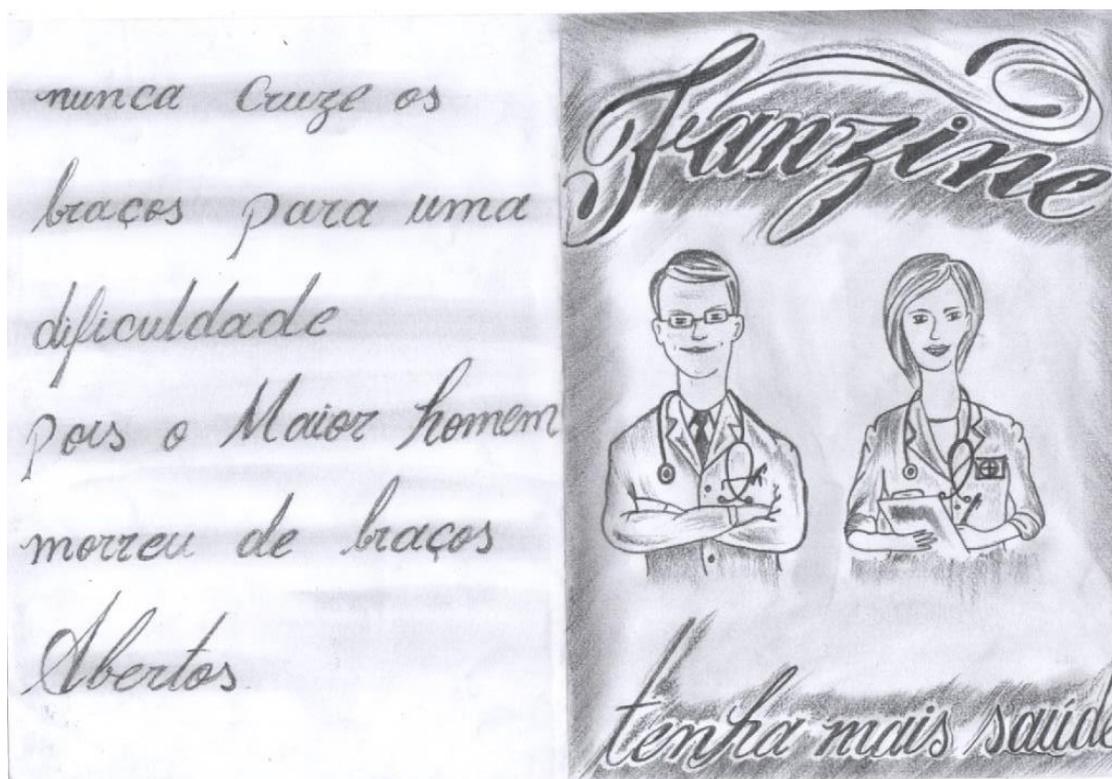
Vinculada a uma abordagem analítica da vida cotidiana, este estudo acadêmico foi formulado teoricamente para se referir às experiências educativas desenvolvidas em diferentes áreas da vida social de cada detento. Essa experiência se deu como o conjunto de práticas vinculadas à apropriação de conhecimentos socialmente valorizados para sua transmissão em diferentes grupos, cujo cotidiano está articulado a uma escala sócio-histórica geral, onde se entrelaçam certas dinâmicas de fragmentação e desigualdade social, entre outros processos, com a luta pela subsistência diária.

O conceito de ressocialização alude às formas pelas quais os sujeitos internalizam e transformam aspectos da cultura num determinado ambiente de interações sociais, aqui entendida como a apropriação ativa dos recursos culturais disponíveis na vida cotidiana, objetos, ferramentas, práticas, concepções etc. Como parte das resoluções envolvidas neste processo de pesquisa, foi necessário delimitar uma noção de prisão que mantenha uma relação coerente com os fundamentos mais gerais do conceito de experiência.

Nesta perspectiva, defino o encarceramento como uma experiência individual e coletiva moldada historicamente que, marcada por múltiplas privações – materiais, emocionais e simbólicas –, serão ligadas ao trânsito de determinados grupos sociais através de instituições que fazem parte das estratégias sustentadas por relações humanas sobrevividas da desigualdade. O encarceramento constitui também uma experiência de acomodação e resistência a estas privações, que marcaram a vida de muitos dos sujeitos detidos, muito antes de entrarem na prisão. A montagem da trama conceitual permitiu, por um lado, questionar-me sobre o potencial das experiências educativas enquanto instância em que se desenvolvem diferentes tipos de apropriações sutis para enfrentar e contrariar as privações e as experiências mais dolorosas do confinamento. E como, nos espaços educativos intramuros, incluindo particularmente os escolares, são mediadas em termos de contribuições, reformulações, tensões e interferências, as complexas dinâmicas disciplinares e punitivas da prisão e os significados educativos se enfrentam numa espécie de duelo emblemático e simbólico, em busca da sobrevivência humana; seja esta física ou intelectual.

A sequência de figuras a seguir ilustram o fanzine e o trabalho resultante do seu uso. A capa e a contracapa foram confeccionadas por um aluno da turma AF 301, escolhido pelos alunos que o consideravam ter aptidões para o desenho.

Figura 15 – Capa e contracapa produzida por aluno da turma AF 301



Fonte: Acervo da Pesquisa

A frase na contracapa também foi criada em conjunto representando uma religiosidade que se mostra muito intensa no período de detenção.

O tema diabetes foi o escolhido da turma AF 104, turma formada por 5 alunos, com média de idade aproximada de 25 anos e que relataram o convívio com a doença através de familiares próximos.

Figura 82 – capítulo sobre Diabetes produzido pela turma AF 104



Fonte: Acervo da Pesquisa

Nesta parte do fanzine, os alunos descrevem os tipos da doença, sintomas mais comuns, formas de prevenção, os fatores de riscos e doenças associadas ao diabetes.

A parte seguinte do fanzine abordou o tabagismo, e foi confeccionado pela turma AF 301. A escolha dos alunos por esse tema se deu pelo grande número de fumantes nas celas, causando preocupação nos poucos não fumantes por se tornarem fumantes passivos.

Figura 17 – Capítulo sobre Cigarro produzido pela turma AF 301

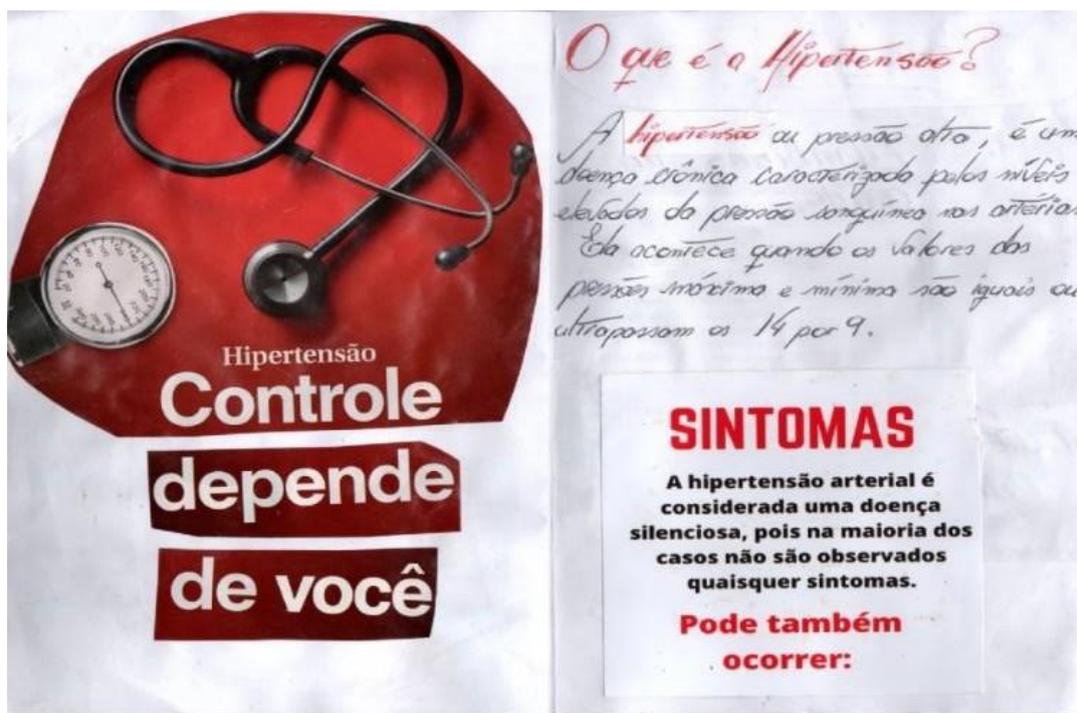


Fonte: Acervo da Pesquisa

A parte sobre tabagismo abordou temas como as substâncias nocivas presentes no cigarro além da nicotina, as doenças associadas ao consumo do cigarro como cânceres, enfisema pulmonar, trombooses etc. Também falaram sobre o perigo que correm os chamados fumantes passivos assim como apresentaram alternativas para controle do vício.

A terceira e última parte foi confeccionado pelos alunos do NEJA IV, alunos com média de idade em torno dos 40 anos, onde muitos relataram que já sofriam com Hipertensão, situação agravada pelo calor extremo dentro das celas.

Figura 18 – capítulo sobre Hipertensão produzido pela turma Neja IV



Fonte: Acervo da Pesquisa

Os alunos descreveram o que é a hipertensão, sintomas, causas e complicações relacionadas à doença e no final ressaltaram a importância de bons hábitos alimentares e a realização de atividades físicas com frequência.

4.5 A MULTIPLICAÇÃO DOS FANZINES

A utilização dos fanzines na escola foi de grande importância, impacto e repercussão, pois além de ser aplicado como recurso didático para as aulas de ciências por mim ministradas, passou a fazer parte dos recursos utilizados pela escola. Foi montada uma estante fixa no corredor principal, para que eu pudesse expor os fanzines construídos com os alunos em suas disciplinas. Os professores e a equipe diretiva concordaram que a utilização do fanzine seria uma ótima forma de apresentar novos assuntos aos alunos de maneira mais efetiva e que os alunos pudessem participar da construção do conteúdo de maneira

ativa e de forma mais significativa para o aluno. Pode-se destacar que em função dos resultados desse estudo, um dos professores de história do C.E. Carlos da Costa criou uma atividade utilizando o fanzine. Em seu relato, ressalta como a utilização do fanzine em suas aulas foi uma experiência enriquecedora para ele e para seus alunos, pois puderam contar sobre a vida de personagens da História do Brasil escravagista sob o olhar dos alunos, tendo muitos se identificado com as lutas e vivências desses personagens. Ao final da construção do fanzine o expuseram no mural, onde toda a escola pôde ter acesso e leva-lo aos colegas de cela e também a família durante a visita.

Um outro exemplo da utilização bem sucedida do fanzine foi na I Feira de Ciências do C. E. Carlos da Costa no ano de 2022, (que teve sua segunda edição em 2023), tendo a Feira sido incorporada ao calendário da escola. O tema da referida feira foi "Saúde através das plantas" e cada turma deveria apresentar um trabalho que abordasse o assunto. Minha escolha juntamente com a turma do Neja II foi trabalhar com o tema "Pancs - Plantas alimentícias não convencionais" e os alunos sugeriram a produção de um novo fanzine, pois parte dos alunos desta turma foram os participantes desta pesquisa. O Fanzine elaborado para a feira de ciências foi confeccionado aproveitando o conhecimento de cada um dos alunos sobre o assunto, onde todos da turma puderam contribuir para a construção, não somente na parte da montagem, corte e colagem, mas também utilizando o conhecimento de cada um envolvido no projeto.

Esse desdobramento relatado após a incorporação do fanzine nas aulas de ciências, demonstra o potencial que este recurso didático tem de um modo geral e especialmente em ambientes com escassez de recursos. O fanzine proporcionou um envolvimento maior dos alunos nas aulas, resultado percebido por outros professores que aderiram também ao seu uso.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

De acordo a pesquisa desenvolvida durante a dissertação, nos vimos frente a um desafio de produzir um produto educacional o qual pudesse contribuir para o professor que atua no sistema prisional, frente a todas as dificuldades e limitações impostas pelas medidas de segurança relacionadas a uma Unidade Prisional de segurança máxima.

Produzimos uma cartilha direcionada para os professores de Ciências e também de outras áreas que desejem estimular a criatividade, criticidade e as aptidões artísticas dos alunos através de um recurso simples e de baixo custo.

Desta forma, a cartilha foi formulada com objetivo de demonstrar aos professores, que de forma simples e de baixo custo podemos incrementar o ensino não somente de ciências, mas de quaisquer disciplinas em locais com restrições de recursos didáticos.

Figura 19- Capa da Cartilha: Fanzine como recurso didático



Fonte: arquivo da pesquisa

O público da pesquisa foram alunos do C. E. Carlos da Costa, localizados no Complexo de Gericinó em Bangu, Rio de Janeiro. Escola situada na Unidade Prisional de segurança máxima Gabriel Castilho, também chamada B3, que abriga indivíduos pertencentes a facção Comando vermelho. Os alunos participantes são todos adultos do sexo masculino com idades entre 18 e 65 anos.

O fanzine como recurso didático se mostrou atrativo estimulando a criatividade e a participação dos estudantes permitindo o envolvimento com os conteúdos da disciplina. Desta forma, acreditamos que o fanzine possa ser utilizado em vários ambientes, não somente em escolas localizadas em unidades prisionais, mas em qualquer lugar com escassez de material e recursos.

Figura 20- Fanzines em sala de aula



Fonte: arquivo da pesquisa

Figura 21- Formatos de Fanzines



Fonte: arquivo da pesquisa

Figura 22- Passo a passo da montagem de um fanzine



Fonte: arquivo da pesquisa

A ideia é que a cartilha possa servir ao professor como instrumento de apoio e reflexão e incentivo para que, apesar de todos os desafios e limitações encontrados em seu ambiente de trabalho, tenham possibilidade de buscar saídas. De forma simples, prática e principalmente com materiais acessíveis e baratos é possível ao professor, incrementar sua prática em sala de aula assim como estimular seu aluno a revelar aptidões artísticas e criativas de forma crítica e reflexiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo geral deste estudo que foi incrementar o ensino de ciências na escola prisional através da elaboração de recurso didático fundamentado no uso do fanzine, levando em conta as especificidades dos alunos, desenvolveu-se um estudo com enfoque no conhecimento do impacto educativo produzido pelos alunos privados de liberdade, na modalidade Jovens e adultos, com abordagem qualitativa e a técnica da observação participante.

Deste modo, para alcançar o primeiro objetivo específico, realizamos uma abordagem diagnóstica com objetivo de levantar as vivências e compreensões das temáticas de ciências dos alunos, assim como seu conhecimento sobre fanzines, através de roda de conversa, onde os alunos relacionaram os assuntos de maior relevância dentro de uma escola em uma unidade prisional, assuntos que gostariam que fossem abordados nas aulas de ciências e também puderam se familiarizar com a linguagem do fanzine, tudo registrado em um Diário de Bordo.

Realizamos uma oficina para produção dos fanzines, onde foi escolhido o tema e feita a separação do material retirado de revistas científicas, jornais e livros didáticos, e a partir dessa pesquisa e escolha de materiais puderam montar os capítulos do fanzine, ressaltando que toda a elaboração do processo de construção do fanzine teve a participação de todos os alunos da turma, desde a escolha do nome do fanzine até a produção final, assim alcançamos o segundo objetivo específico.

Para cumprir o terceiro objetivo específico analisamos as percepções dos alunos durante o processo de criação do material com uma aula expositiva e dialogada, quando discutimos sobre suas dúvidas sobre os assuntos escolhidos, seus conhecimentos e vivências, sentimentos, e puderam expressar suas aptidões artísticas sem o medo

de serem julgados, pois muitos tinham vergonha de demonstrá-los, mas principalmente podia se perceber o orgulho de estarem produzindo um material que seria utilizado não só por eles, mais também pelos companheiro de cela que não frequentam a escola, exaltando a necessidade desses alunos em se sentirem valorizados.

Por fim, o último objetivo específico foi alcançado por meio da construção da cartilha, com orientações sobre a utilização do fanzine, servindo de apoio e reflexão aos professores, principalmente aos que lecionam em unidades prisionais e enfrentam desafios diários em sua prática docente como a dificuldade de acesso de recursos didáticos e a escassez de material.

A partir deste pressuposto, defendemos o fanzine como recurso didático por ser atrativo, por estimular a criatividade e a participação ativa dos estudantes permitindo o envolvimento com os conteúdos da disciplina e o desenvolvimento da aprendizagem. Nossa pesquisa demonstrou bons resultados durante a construção do fanzine, sua finalização, sua reprodução e instalação em estantes no corredor principal da escola, onde os alunos tiveram livre acesso e puderam também distribuir para seus colegas de cela e familiares. Ao fazer essa divulgação para os amigos que não frequentavam a escola, o aluno também exerceu um papel de divulgador da ciência e, se houver oportunidade, será interessante investigar a percepção e o impacto em suas vidas e autoestima.

Por fim, o fanzine como recurso didático se mostrou versátil ao se adaptar a diferentes disciplinas, o que não significa que ele deve ser visto como solução de todos os problemas do processo de ensino-aprendizagem experimentados por anos na educação brasileira, mas como um método que auxilia os docentes em suas atividades. Esperamos que este estudo possa servir de caminho aos que pretendem trabalhar com Ensino de Ciências, em especial no sistema prisional.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

AFONSO, Maria Lúcia M.; ABADE, Flávia Lemos. **Para reinventar as rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.

ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano de. **O contexto educacional e sua influência na criatividade**. In Revista Linhas Críticas, Brasília, v. 8, n. 15, jul./dez. 2002, p. 165-178.

ANASTASIOU, L.G.C. **Estratégias de Ensino**. In: ANASTASIOU, L.G.C.; ALVES, L.P. Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: UNIVILLE, 2007.

ANDRADE, S. S.; SENNA, N. C. **Fanzines na sala de aula: Expressividade e Autoralidade**. Anais eletrônicos do 24º Encontro da ANPAP. Santa Maria-RS, 2015.

A, Yuri. Fanzines [recurso eletrônico]: reflexões sobre cultura, memória e internet / Yuri Amaral - Foz do Iguaçu (PR): EDUNILA, 2018. Disponível em. Acesso em 06 jan. 2022.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 391. Brasília, 10 de maio de 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf>. Acesso em: 24/06/2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CACHAPUZ, Antônio F. **Arte e ciência no ensino das ciências**. Interacções, v. 10, n. 31, 2014.

CARVALHO, Kely Rejane Souza dos Anjos de; SANTOS, Jocyleia Santana dos; MALDONADO, Daniela Patrícia Ado. PRÁTICAS DOCENTES NO AMBIENTE PRISIONAL: entre a cela e a sala de aula. **Revista Teias**, v. 21, n. 61, p. 218-232, 2020.

CAVALCANTE, Elisângela Caldas Braga. **Cinema na cela de aula: o uso de filmes no Ensino de Biologia para a EJA prisional**. 2011.

CISCATI, Rafael. **Justiça Criminal – Por que tem tanta gente presa no Brasil?** https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/por-que-tem-tanta-gente-presa-no-brasil-que-bom-que-voc-perguntou?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=enarceramento&gad_source=1&gclid=CjwKCAjw88yxBhBWEiwA7cm6pVwMmroo6o39qrRd0TxsG1cldxh6cmPt3BDvqRujtwcltlux_4USBoCE_D8QAvD_BwE Acesso em 01 março de 2024.de 2024.

DECCACHE-MAIA, Eline; MESSEDER, Jorge Cardoso. **O uso da arte como narrativa na abordagem CTS no ensino de ciências.** IndagatioDidactica, v. 8, n. 1, p. 571-583, 2016.

DE GUSMÃO SILVEIRA, Luana; SPESSATTO, MarizeteBortolanza. **A produção de fanzines como recurso para o ensino de leitura e produção de textos: análise de uma experiência com estudantes de cursos técnicos de nível médio.** Cadernos do Aplicação, v. 34, n. 2, 2021.

DIAS, Ana Claudia Souza. Vozes reveladas: o diário de bordo de estudantes da Educação Básica sob a perspectiva da análise de discurso crítica. 2021. 277 f., **Dissertação** (Mestrado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

DIORIO, Tatiane Almeida. **Entre o ensino e a ressocialização: práticas de professores de ciências na educação prisional masculina no município do Rio de Janeiro.** PUC - Rio de Janeiro, 2017.

DUARTE, Ana Maria Tavares, PEREIRA, Cleyton Feitosa. **A educação de pessoas privadas de liberdade numa perspectiva inclusiva e ressocializadora: limites e contradições.** Revista Interterritórios. Revista de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, Brasil. V.3 n.5, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/view/234436>. Acesso em 22 de maio de 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 1, 1987.

GUIMARÃES, Edgar. **Fanzine.** João Pessoa: Marca de Fantasia, 2020.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade: questões, avanços e perspectivas.** Paco Editorial, 2014.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação para Jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil: questões teóricas, políticas e pedagógicas.** Trabalho & Educação/Belo Horizonte. V. 26, n.1, p.117-133, Jan-abr., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/issue/view/446/74>. Acesso em 10 de maio de 2021.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Escola na ou da Prisão?** Cadernos Cedes, v. 36, n. 98, p. 25-42, 2016.

JULIÃO, ELIONALDO FERNANDES In: JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação de jovens e adultos no sistema penitenciário: notas de pesquisa sobre a experiência brasileira.** EducationPolicyAnalysisArchives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 21, p. 1-20, 2013.

LIMA, Gerlane Oliveira Silva. **As dificuldades enfrentadas pelos alunos trabalhadores da educação de jovens e adultos,** 2014.

Magalhães, Guilherme. **O professor e a educação no ambiente prisional: desafios e possibilidades do trabalho docente por detrás das grades.** Viçosa, MG (2021).

MAGALHÃES, Henrique. **A nova onda dos fanzines.** Marca de Fantasia, 1ª edição. 2004.

MAGALHÃES, Henrique. **O rebuliço apaixonante dos fanzines.** Marca de Fantasia, 5ª edição. 2020.

MARANHÃO, Renata Queiroz. **Fanzines na escola: convite à experimentação.** Fortaleza: EdUece, 2012

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social -Teoria, método e criatividade.* Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MOREIRA, Gislene Santos; DA SILVA MEDEIROS, Valéria. 156. **Políticas públicas para a educação prisional no Brasil: o caso da literatura no ENEM PPL.** Revista Philologus, v. 27, n. 81 Supl., p. 2053-69, 2021.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução de Eloá Jacobina. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

NETO, Elydio; ANDRAUS, Gazy. Dos zines aos biograficzines: compartilhar narrativas de vida e formação com imagens, criatividade e autoria. In: MUNIZ, Cellina (Org.). Fanzines: autoria, subjetividade e invenção de si. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

NOVO, Benigno Núñez. *A relevância da educação prisional como instrumento de ressocialização.* **Revista Jus Navigandi**, Teresina, 2020.

PEREIRA, Antonio. **A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas.** Revista de Educação Popular, v. 10, 14 out. 2011.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. **A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG).** **Educ. Pesqui.**, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Kely Bernardes de. SANTOS, Lailson Bizerra dos. MOURA, Vitória Carolina Oliveira de. **Sistema Prisional Do Estado Do Rio De Janeiro: A Educação Como Processo Para Ressocialização.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 06, Vol. 14, pp. 31-44. junho de 2021. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/educacao-omo-processo>. Acesso em 07 de jan.de 2022.

ONOFRE, Elenice. O Papel Da Escola Na Prisão: Saberes E Experiências De Alunos E Professores. **Childhood and Philosophy**, v. 7, n. 14, 2011.

PEREIRA, Daniela Reischak. **FANZINE NA SALA DE AULA: Uma proposta pedagógica de incentivo à produção textual**. Bem Legal, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 149-159, 2016.

PINTO, Renato Donisete. **Fanzine na Educação: algumas experiências em sala de aula**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2020.

SEIDEL, Carolina Cunha. **A escola no cárcere: subjetividades entre as grades**. 2017.

RAMONE, Marcus. UniversoHQ. **Há 50 anos: uma breve história do primeiro fanzine brasileiro**. 13 de outubro de 2015. Disponível em: <https://universohq.com/universo-paralelo/ha-50-anos-uma-breve-historia-do-primeiro-fanzine-brasileiro/>. Acesso em 06 de jan de 2022.

ROGOWSKI, Delir Freitas et al. **Políticas públicas educacionais para universalização da alfabetização com ênfase na penitenciária de Cascavel**. 2017.

ROSAS, Agostinho da Silva. **Paulo Freire na trilha da criatividade libertadora**. Interterritórios–Revista de Educação, Caruaru, v. 2, n. 2, p. 18-31, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/view/5022>. Acesso em 22 de maio de 2021.

SANTANA, Maria Silvia Rosa; AMARAL, Fernanda Castanheira. Educação no sistema prisional brasileiro: origem, conceito e legalidade. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62475>. Acesso em: 01 fev. de 2024.

SANTOS, Cristina Marcelo dos. **Narrativas e memórias das escolas em prisões do Rio de Janeiro**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) -Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio->

bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12278?show=full Acesso: 11 de jan. de 2022.

SENAPPEN- Secretaria Nacional de Políticas Penais. Disponível em: [relipen-2-semester-de-2023.pdf \(www.gov.br\)](#). Acesso: 05 de abril de 2024.

SHELBY, Tommie. "Racism, Moralism, and Social Criticism". Du Bois Review, 2014.

SISDEPEN - Sistema de Informações do Departamento Penitenciários Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen> Acesso: 06 de jan. de 2022.

SOUZA, Jeferson Juvenato de; MAIA, Eline Deccache. O uso do diário de bordo como suporte ao ensino aprendizagem na educação em Ciências: refletindo sobre o lugar e seus problemas socioambientais, Jefferson Juvenato. *Revista Ciências & Ideias*, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/343685904> O USO DO DIARIO DE BORDO COMO SUPORTE AO ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCACAO EM CIENCIAS REFLETINDO SOBRE O LUGAR E SEUS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS. Pesquisa realizada em 02.05.2024.

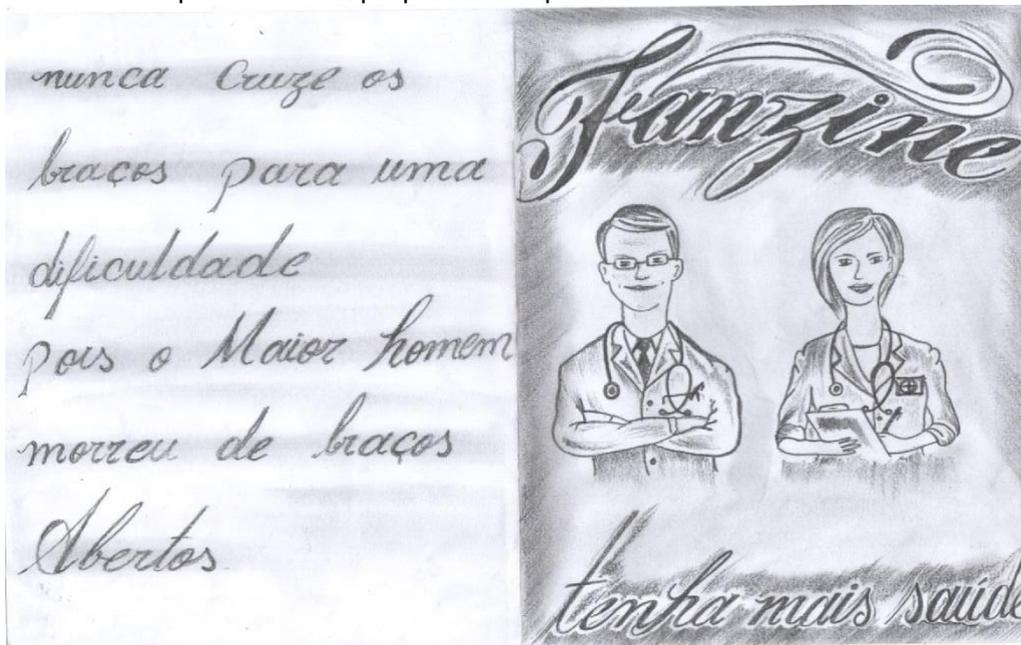
VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Zahar, 1987.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

ANEXO

O Fanzine produzido pelos alunos do Colégio Estadual Carlos da Costa.

Capa e contracapa produzida por aluno da turma AF 301



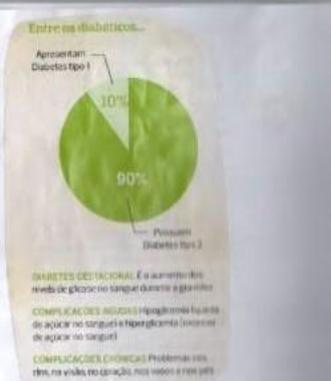
Fonte: Acervo da Pesquisa

capítulo sobre Diabetes produzido pela turma AF 104



Fonte: Acervo da Pesquisa

capítulo sobre Diabetes produzido pela turma AF 104



Entre os diabéticos...

Apresentam Diabetes tipo 1: 10%

Possuem Diabetes tipo 2: 90%

DIABETES DE TIPO 1: É a ocorrência de níveis de glicose no sangue durante a glicemia.

COMPLICAÇÕES AGUDAS: Hipoglicemia (queda de açúcar no sangue) e Hiperglicemia (aumento de açúcar no sangue).

COMPLICAÇÕES CRÔNICAS: Problemas nos rins, na visão, na circulação nos vasos e nos pés.

Diabetes

É uma doença causada pela produção insuficiente ou má absorção de insulina, hormônio que regula a glicose no sangue e garante energia para o organismo.

Tipo 1 → Doença crônica não transmissível, hereditária, cerca de 90% dos pacientes diabéticos no Brasil têm esse tipo. Ele aparece geralmente na infância ou adolescência.

Tipo 2 → Diretamente relacionado ao sobrepeso, sedentarismo, triglicéridos elevados, hipertensão e hábitos alimentares inadequados.



Fonte: Acervo da Pesquisa

capítulo sobre Diabetes produzido pela turma AF 104

Sintomas

Sintomas

- Urinar com frequência
- Falta de energia
- Perda de peso
- Sede excessiva

Sintomas da diabetes na fase inicial



Náuseas e vômitos

Cansaço fácil

Muita sede

Emagrecimento

Aumento do apetite

Urina aumentada

Obesidade




Mudanças de humor

Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Diabetes produzido pela turma AF 104



Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Diabetes produzido pela turma AF 104



Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Diabetes produzido pela turma AF 10



Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Diabetes produzido pela turma AF 104



Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Diabetes produzido pela turma AF 10



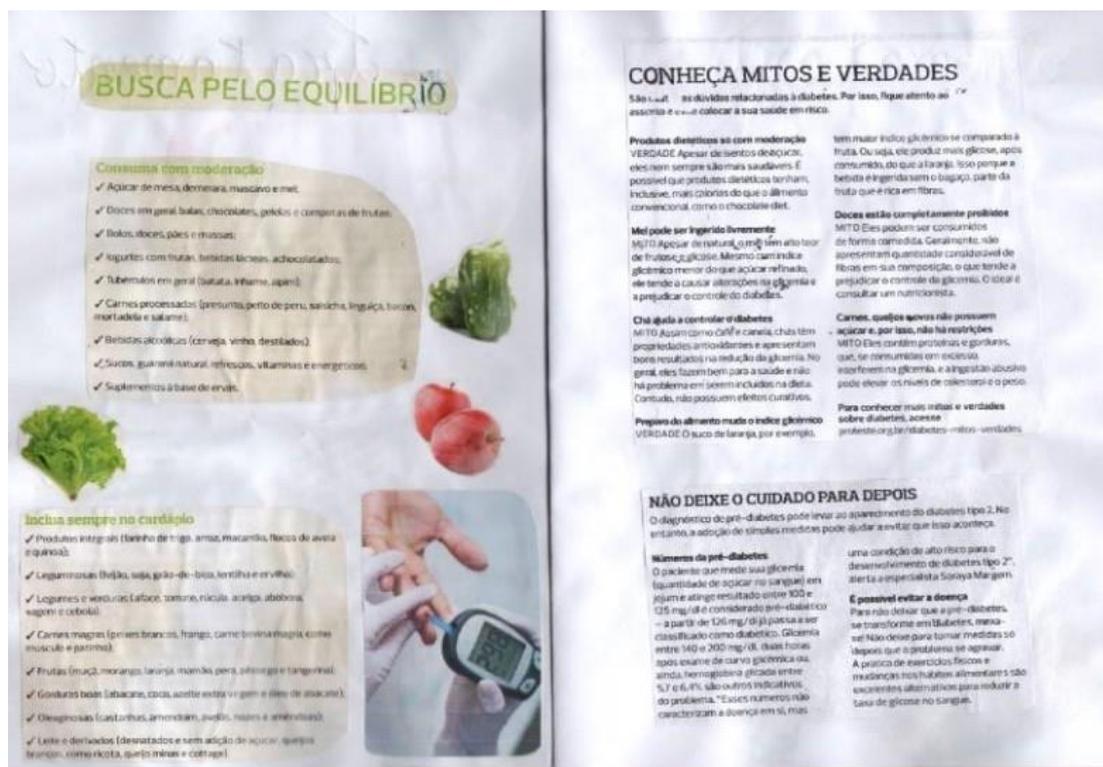
Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Diabetes produzido pela turma AF 104



Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Diabetes produzido pela turma AF 104



Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Diabetes produzido pela turma AF 104



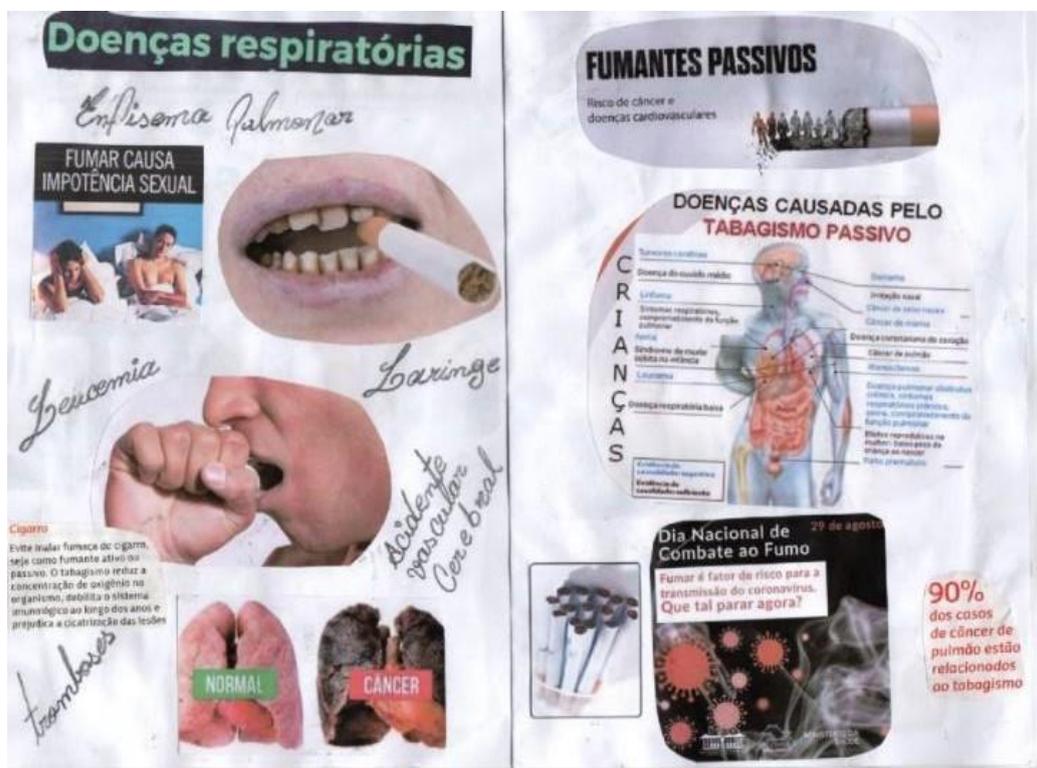
Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Cigarro produzido pela turma AF 301



Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Cigarro produzido pela turma AF 301



Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Cigarro produzido pela turma AF 301



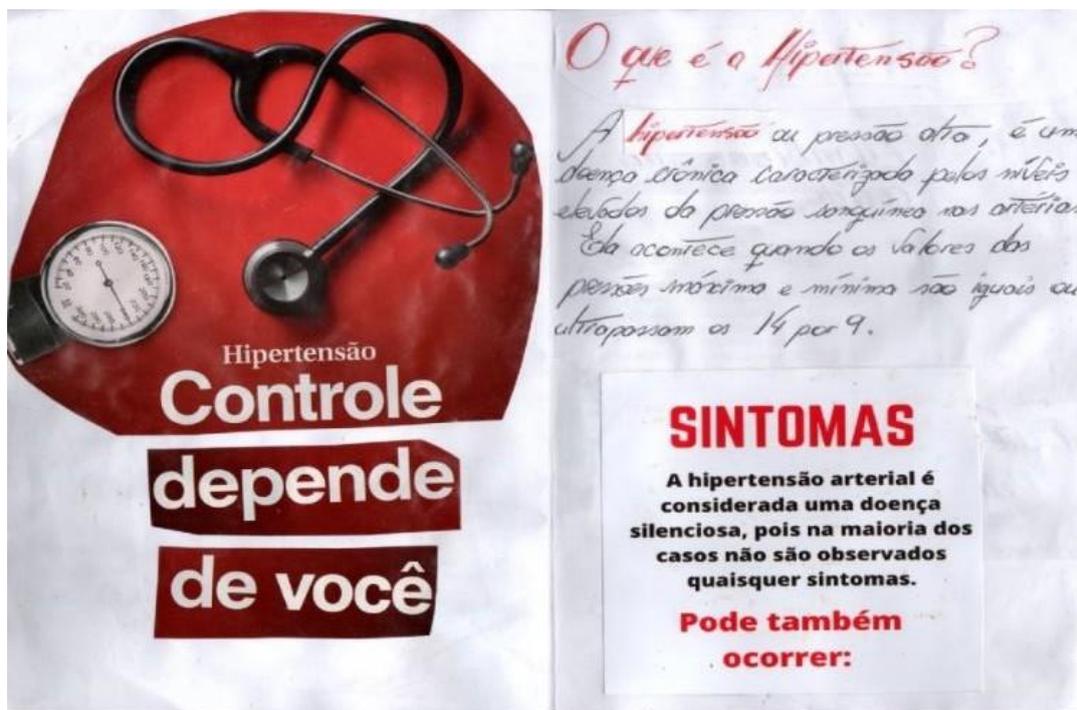
Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Cigarro produzido pela turma AF 301



Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Hipertensão produzido pela turma Neja IV



Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Hipertensão produzido pela turma Neja IV



Fonte: Acervo da Pesquisa

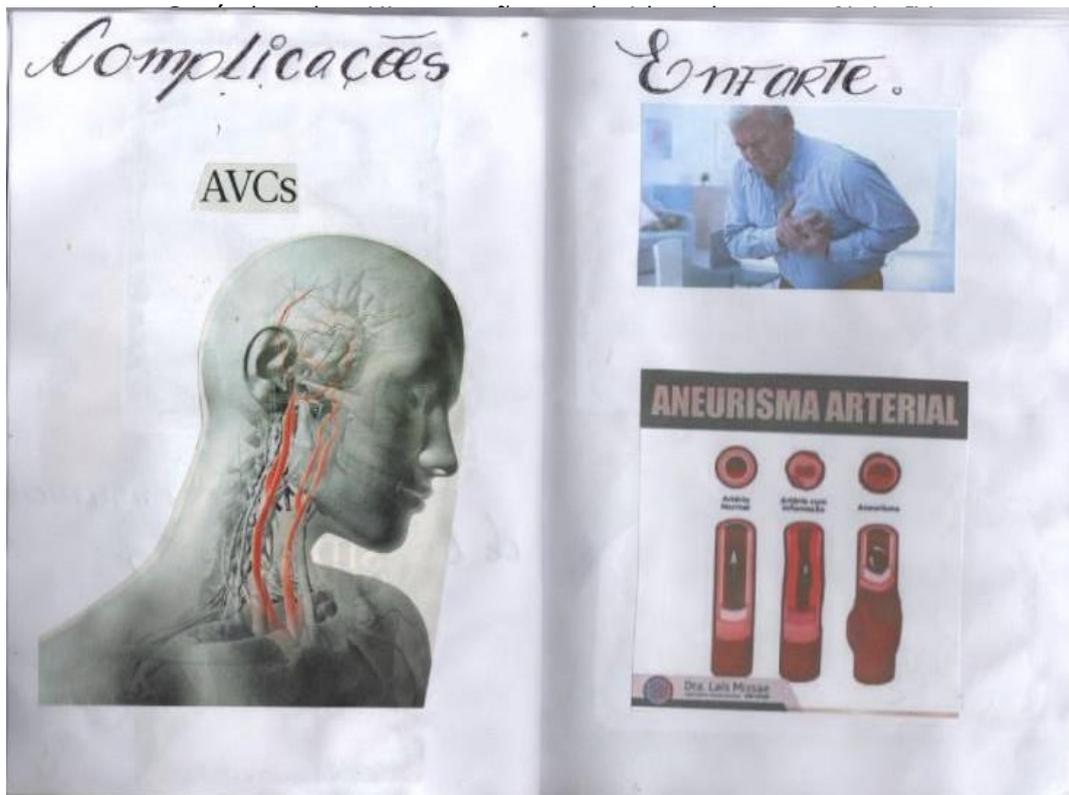


Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Hipertensão produzido pela turma Neja IV

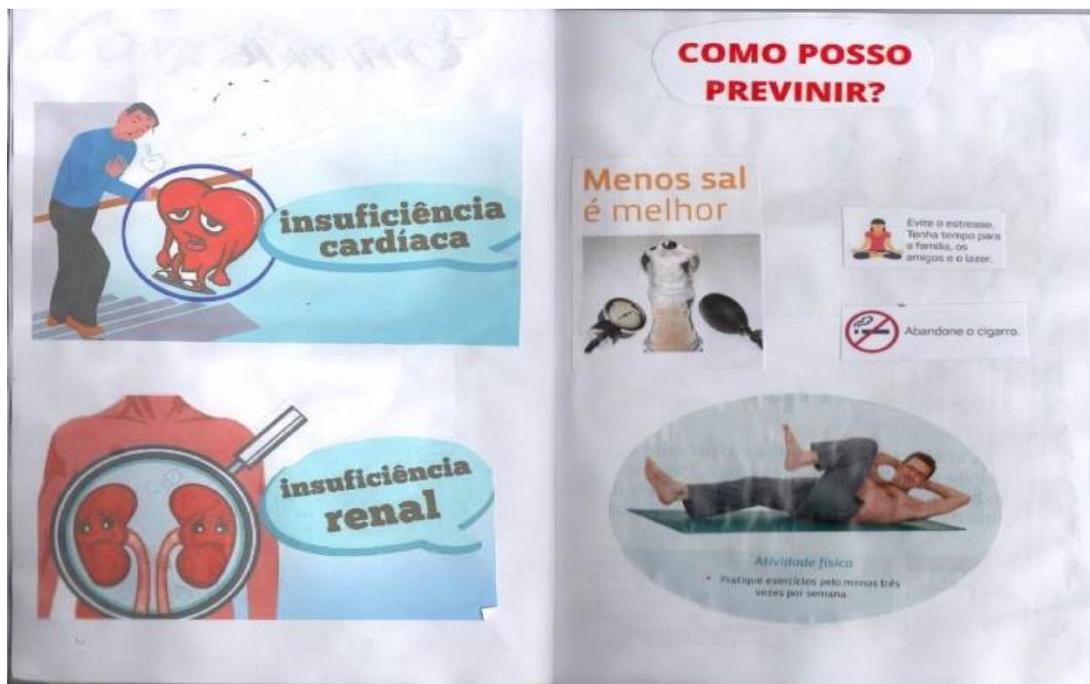


Fonte: Acervo da Pesquisa



Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Hipertensão produzido pela turma Neja IV



Fonte: Acervo da Pesquisa



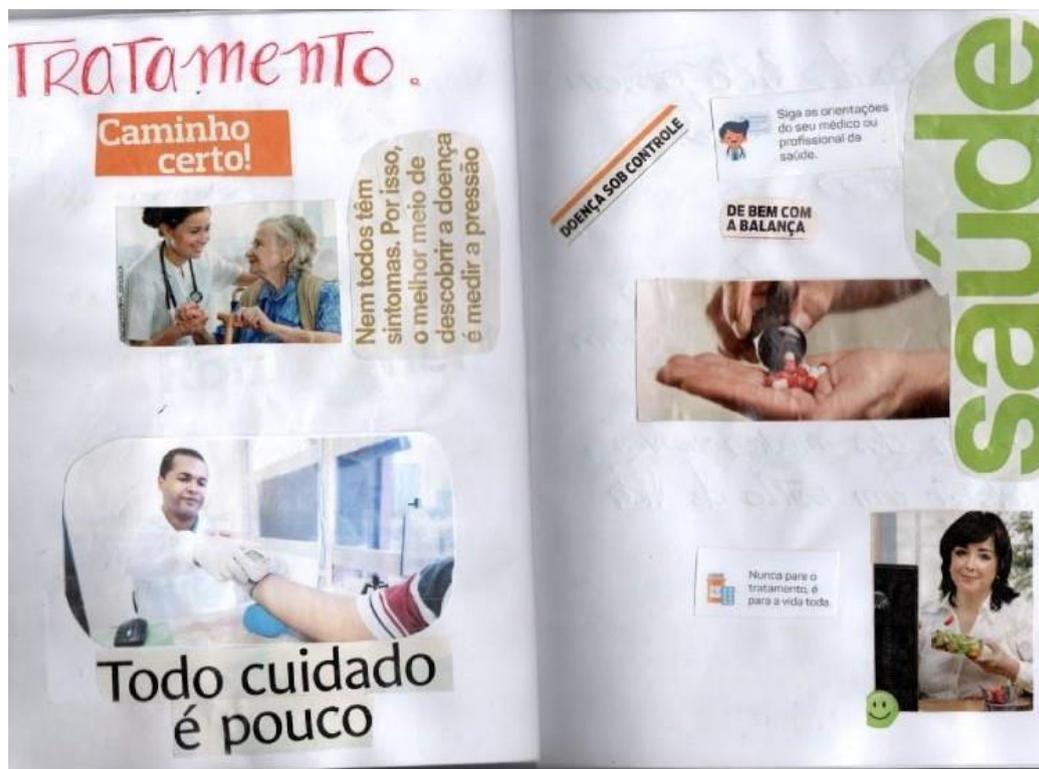
Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Hipertensão produzido pela turma Neja IV



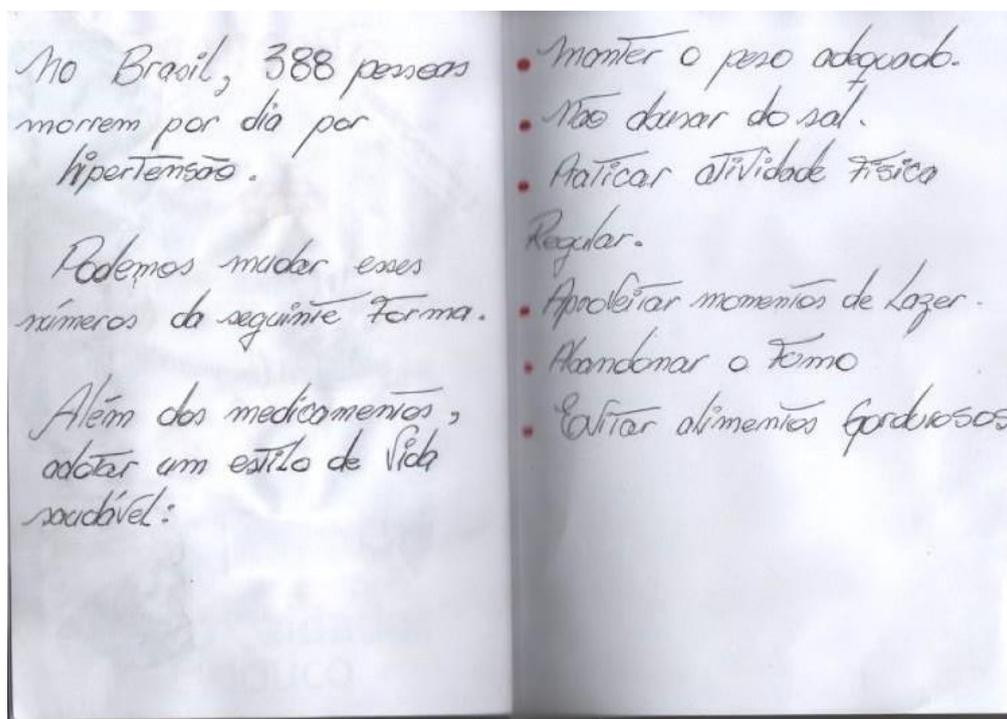
Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Hipertensão produzido pela turma Neja IV



Fonte: Acervo da Pesquisa

Capítulo sobre Hipertensão produzido pela turma Neja IV



Fonte: Acervo da Pesquisa